

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA – UFU**

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – INCIS**

**GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**MARLOU COUTO DE ANDRADE**

**ESTADO E SOCIABILIDADE**

**ENTRE OS FEIRANTES DO MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA-MG**

**UBERLÂNDIA - MG**

**2017**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA – UFU**

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – INCIS**

**GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**MARLOU COUTO DE ANDRADE**

**ESTADO E SOCIABILIDADE**

**ENTRE OS FEIRANTES DO MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA-MG**

Monografia apresentada ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção de título de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Luciano Senna Soares

**UBERLÂNDIA - MG**

**2017**

**MARLOU COUTO DE ANDRADE**

**Estado e Sociabilidade entre os feirantes do Município de Uberlândia-MG**

Monografia apresentada ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção de título de Bacharel em Ciências Sociais.

Uberlândia, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof. Dr. Luciano Senna Soares**  
**Orientador**

---

**Prof.<sup>a</sup> Dra. Elisabeth da Fonseca Guimarães**  
**Membro**

---

**Prof. Dr. Márcio Ferreira de Souza**  
**Membro**

Dedico este trabalho aos meus filhos: Athos, Maria Fernanda e Ana Beatriz.  
A esperança é que eles busquem alcançar seus sonhos com singeleza,  
mas também com persistência e resiliência,  
fazendo calar as vozes contrárias (interiores e exteriores).  
Espero também que a formação acadêmica seja um sonho e uma busca para eles,  
não por mera pressão da sociedade ou por uma lógica mercantil,  
mas para que cresçam como pessoas, como cidadãos  
e assim possam contribuir de alguma forma com esta sociedade e,  
é claro, também possam colher os frutos!

## AGRADECIMENTOS

A Deus – sempre.

Aos meus pais – pelo apoio decisivo (em especial, minha mãe).

À família (de sangue e da fé) – porque sonharam juntos e me incentivaram.

Às minhas irmãs e cunhados - pelo apoio em muitos momentos.

Ao Tico (*in memoriam*), juntamente com outros “chegados” - pela inspiração e pelos papos sociológicos/teológicos/eclesiásticos que sempre tivemos.

Ao Orientador – pela habilidade e paciência que demonstrou.

Ao Lourival (Lola) – porque “desenrolou” muitas questões administrativas e também pela parceria nas viagens.

Aos feirantes que colaboraram com a pesquisa.

## O FEIRANTE

Arruma a cangalha na cacunda que a rapadura é doce mas não é mole não.

E jenipapo no balaio pesa,  
anda, aperta o passo pra chegar ligeiro,  
farinha boa se molhar não presta.  
Olha lá na curva a chuva no lajedo.

Quem foi que te disse que a vida é um mar de rosas?

Rosas têm espinhos, e pedras no caminho.  
Daqui até a cidade é pra mais de tantas léguas.  
Firma o passo, segue em frente,  
que essa luta não tem trégua,  
fica na beira da estrada quem o fardo não carrega  
A granel felicidade não custeia o lavrador.

Vamos embora que a jornada é muito longa  
e não há mais tempo de chorar por mais ninguém.

Lá na feira a gente compra, a gente vende,  
a gente pede, até barganha aquilo que comprou

E te prometo que depois no fim de tudo na Quitanda da Esperança  
eu te compro um sonho de açúcar mascavo embrulhado num papel de seda azul

Pra te consolar.

**João Alexandre - Cantor e compositor.**

## RESUMO

O presente trabalho procura analisar os temas “Estado” e “Sociabilidade” entre os feirantes do Município de Uberlândia-MG, para revelar alguns aspectos da lógica estatal ao fomentar, viabilizar, garantir e dar continuidade as feiras livres da cidade, bem como, para analisar como são as condutas dos feirantes em resposta a todas as diretrizes do governo municipal. A razão desta pesquisa e do tema está ligada ao fato de ser o autor um Agente Fiscal da Prefeitura Municipal de Uberlândia que atua, ora fiscalizando os feirantes, ora coordenando a equipe de fiscais e/ou promovendo políticas e elaborando regramentos. Ou seja, trata-se do próprio Estado em contato direto com os feirantes, fazendo surgir aspectos específicos de sociabilidade entre fiscais e feirantes. Por meio do método de pesquisa etnográfica, com o uso de técnicas como a observação participante, entrevistas semiestruturadas, apreensão da memória de feirantes e fiscais e análise das legislações, foi possível mostrar que o Estado adota uma racionalidade de gestão baseada na disciplinarização com punição dos desvios, sendo o fiscal um preposto importante neste empreendimento. Em contrapartida, o feirante adota a tática de se aproximar dos fiscais como forma de quebrar a barreira institucional e, estando ambos em contato direto, por tempo considerável, a relação se mostra tão próxima que desvios são tolerados, assim como as punições, quando necessárias, são aceitas.

Palavras-chave: Estado, Sociabilidade, Feirantes, Desvios, Punições.

## ABSTRAT

The present work seeks to analyze the themes "State" and "Sociability" among the fairgrounds of the Municipality of Uberlândia-MG, to reveal some aspects of the state logic in fomenting, enabling, guaranteeing and giving continuity to the city's free fairs system, to analyze how are the conduct of the fair in response to all municipal government guidelines. The reason for this research and the theme is related to the fact that the author is a Fiscal Agent of the Municipality of Uberlândia that acts, sometimes supervising the marketers, sometimes coordinating the team of inspectors and / or promoting policies and drafting regulations. That is, it is the State itself in direct contact with the fairgrounds, giving rise to specific aspects of sociability between tax and fair. Through the ethnographic research method, with the use of techniques such as participant observation, semi-structured interviews, seizure of the memory of marketers, and analysis of legislation, it was possible to show that the State adopts a rationality of management based on disciplinarization with punishment of deviations, being the prosecutor an important preposto in this enterprise. On the other hand, the tradesman adopts the tactic of approaching the fiscals as a way of breaking the institutional barrier and, being both in direct contact, for a considerable time, the relation is so close that deviations are tolerated, as well as the punishments, when necessary, are accepted.

Keywords: State, Sociability, Markets, Detours, Punishments.



## SUMÁRIO

1 – Introdução .....	10
2 - Procedimentos Metodológicos .....	16
3 – Capítulo I – Do Estado	
3.1 O autor – um fiscal .....	17
3.2 Uberlândia – uma cidade moderna – breve histórico .....	20
3.3 O Estado e as feiras livres em Uberlândia .....	22
3.4 A legislação atual .....	26
3.5 O olhar do Estado através do seu preposto direto – o fiscal .....	30
4 - Capítulo II – Da Sociabilidade .....	35
4.1 Contradições paradigmáticas .....	35
4.2 Estado e Sociabilidade .....	43
4.3 Mediação .....	51
4.4 Implicações .....	52
4.5 Saindo do trilho .....	56
5 – Considerações finais .....	64
6 – Referências bibliográficas .....	67
7 – Anexo 1 .....	68
8 – Anexo 2 .....	69

## 1. Introdução

Descendo a Avenida Duque de Caxias no bairro Saraiva (sentido bairro/centro) na cidade de Uberlândia-MG, é possível convergir à direita na Rua Timbiras, para se chegar ao que pode ser denominado setor comercial do bairro, já que, logo à frente, ter-se-á à disposição estabelecimentos que comercializam roupas, calçados, armarinhos; também açougue, sacolão, supermercado, lanchonetes, farmácia, lotérica, papelaria, chaveiro, cabeleireiro; além de ser a opção mais viável para acesso à Av. João Naves de Ávila por onde se chega à BR 365 ou BR 050, ou mesmo, quando se quer ir à Universidade Federal de Uberlândia, ou à Prefeitura Municipal da cidade, ou ainda ao famoso Center Shopping, um shopping central.

No entanto, às quintas-feiras pela manhã isso não será possível, pois no dito cruzamento é realizada uma feira livre, iniciando às 06:00h e indo até as 13:30h, onde cerca de 30 famílias exercem esta atividade comercial e conta com o fechamento do trânsito para tal. Algo semelhante acontece em mais 62 outros locais da cidade, nos demais dias da semana, seja no horário citado ou no período das 14:30h às 22:00h, no caso, com as feiras noturnas.

[http://www.uberlandia.mg.gov.br/2014/secretaria-pagina/11/94/feiras\\_livres.html](http://www.uberlandia.mg.gov.br/2014/secretaria-pagina/11/94/feiras_livres.html)

No cotidiano da bela Uberlândia, então, uma atividade comercial específica implica na concorrência pelo espaço urbano. Entendendo-se aqui não só certo teor conflitivo dessa disputa, mas também o caráter social agregado, pois é instantâneo se pensar nas queixas dos condutores de veículos quando se deparam com uma feira livre; ou o que dizer também dos moradores em que cujas casas são interditadas pelos equipamentos dos feirantes; ou ainda, os próprios comerciantes estabelecidos no bairro que pelo menos uma vez por semana encontram uma concorrência oficialmente imposta. Mas também é forçoso refletir no que se acrescenta com este mecanismo que ocupa os espaços: famílias com renda; geração de emprego; maior oferta de produtos; economia sendo movimentada; local de encontros, bate-papo, de perpetuação de traços da cultura de um povo.

A presente pesquisa tem como objetivo refletir sobre aspectos específicos das feiras livres em Uberlândia, notadamente observar em como o Estado, qualificado aqui pela Prefeitura Municipal de Uberlândia e seus prepostos, fomenta as feiras livres na cidade. Quais são alguns dos seus pressupostos ao promover essa, diga-se, prestação de serviço à população. Também,

como o Poder Público lida com os profissionais que nela trabalham: os feirantes; e como estes se relacionam com o Estado. O que nas suas condutas pode ser visto como obediência ou resistência explícitas ou implícitas.

Justifica-se tal empreendimento pela contribuição que pretendo dar a todos aqueles que não fazem parte do universo das feiras livres, ou até mesmo àqueles que estão no contexto, mas aos quais escapa algumas questões importantes que só num espaço de tempo relacional se consegue perceber e, talvez, principalmente, quando se tem acesso a tudo o que circunscreve as feiras livres. E aqui trago o texto para a primeira pessoa de forma intencional dada a minha relação com esta atividade específica nesta cidade em particular, já que sou servidor público municipal e atuo diretamente com os permissionários de feiras livres da cidade, ou seja, represento o Estado, algo que ficará mais bem explicado no decorrer deste trabalho.

Assim, o que aqui se colocará vem das lentes de um ente do Estado, não do Estado em si, pois apesar do Estado ter uma lógica própria ele é múltiplo e se desdobra em diversos agentes. Este trabalho, então, trata do olhar de um estudante conluente do Curso de Ciências Sociais, que teve toda uma vivência de mais de 20 anos (e ainda tem) com o objeto de estudo no qual se debruça, sendo os anos de 2015 e 2016 o recorte temporal em que foram empreendidas as observações mais sistemáticas, as coletas de dados, entrevistas e análises. É um olhar de perto e de dentro. Em grande medida o autor é parte do objeto. Portanto, o objetivo é trazer a experiência pessoal nas feiras livres da cidade e analisa-la com as lentes sociológicas, políticas e, em especial, da antropologia urbana e política.

Se as feiras livres em Uberlândia são uma realidade e ocupam o espaço urbano, palavras como indispensável, inevitável, imperioso, ou até oportuno e relevante podem estar em maior ou menor grau no vocabulário de qualquer pessoa que passa por uma feira. Mas qual será a percepção de quem para nela, de quem se permite chegar até ela e adentrá-la? Certamente se verá inserido num contexto que vai além dos imperativos das cidades, ou do resultado das intervenções impostas pelos diferentes atores, quer públicos, privados ou moradores, pois o meio urbano é palco de arranjos sociais significativos, tal como consideram os autores Alexandre Oviedo Gonçalves e Mônica Chaves Abdala, no Artigo “Na Banca Do ‘Seu’ Pedro É Tudo Mais Gostoso: Pessoaalidade E Sociabilidade Na Feira-Livre”; e também quando citam outra autora:

“[...] Trata-se de reconhecer que, num cotidiano comumente percebido como banal e insignificante e, por mais utilitaristas que possam parecer, as feiras-livres agregam sentimentos, significados e hábitos engendrados no "bate-papo e na conversa-fiada" entre aqueles que a frequentam. Um sentir comum, quase festivo, é compartilhado.”  
(*Ponto Urbe* [Online], 12 | 2013, posto online no dia 31 Julho 2013, URL: <http://pontourbe.revues.org/528> ; DOI : 10.4000/pontourbe.528)

“[...] “fazer a feira” – atos, gestos, performances corporais, movimentos e dizeres, formas de agir e se relacionar – fomentadas por feirantes e fregueses, ergue-se uma rede de sociabilidades vivenciadas pelos atores sociais no âmbito desses territórios construídos e reconstruídos (VEDANA, 2004).

Vejo que as feiras livres se perpetuam sendo muito mais do que “um mal necessário”. Entendo que esta modalidade de comércio, pela sua dinâmica e especificidade, consegue ir se adaptando aos tempos modernos que é tendente ao estabelecimento de hipermercados, de Shopping Centers, onde os clientes são atraídos pela quantidade e grande variedade de produtos e mercadorias, além de ambientes protegidos de sol e chuva, muitas vezes climatizados, com local para estacionamento de carros, acesso a caixas eletrônicos e com vigilantes que garantem alguma segurança.

Não obstante, ainda que as feiras livres não possibilitem essas benesses aos clientes, elas conseguem atraí-los pelo ambiente descontraído que empreendem, talvez mesmo pela quebra de tanta formalidade que o espaço urbano impõe. As feiras acabam possibilitando uma maior interação social e facilitam o acesso da população aos produtos típicos da região, até mesmo por seus horários diferenciados, começando a atividade antes da abertura e indo até após o fechamento dos comércios estabelecidos, sendo promovida por comerciantes cuja escolha de trabalho é a de levar tais produtos até seus fregueses. A ideia de “levar os produtos” se destaca, posto que a atividade de feira livre subentenda esta metodologia: o comerciante (o feirante) sai para “ir à feira” - ele se desloca – com todos os apetrechos, equipamentos, produtos, familiares, agregados, sonhos e metas. Diferentemente dos comerciantes dos mercados, que esperam por seus clientes.

Ainda que levar os produtos e vendê-los aos clientes ou esperar os clientes e vender os produtos, resultem na mesma coisa: vender produtos - a atividade do feirante se diferencia, já que tudo o configura como tal. Carregar o veículo, deslocar, descarregar, montar, expor, atender, vender, entre outras, fazem parte do “ser feirante”. O feirante é quase que parte do cenário urbano. São facilmente reconhecidos. É comum cruzar com um deles em seu deslocamento e prontamente identificá-lo: “Ali vai um feirante para sua lida”.

As feiras livres podem ser vistas como importantes atividades comerciais que estão inseridas no cenário econômico dos municípios e que potencializam o desenvolvimento social e, porque não cultural, além de atuarem como intermeio entre o campo e a cidade, no fornecimento de hortifrutigranjeiros aos espaços urbanos, em especial aos pequenos municípios ou para as periferias dos grandes centros. Destacam-se também pelo fomento da produção e escoamento dos produtos da cultura alimentar local, que não são possíveis noutros mercados. A relação direta entre o feirante e o consumidor promove a diminuição de custos de comercialização e pressupõe a redução do preço final.

A história mostra que o próprio surgimento dos primeiros vilarejos e posteriormente das cidades está relacionado ao comércio tipificado pelas feiras, podendo ser vistas como meio de intercâmbio comercial, cultural e de pessoas. Assim, desde a idade média, as feiras são importantes locais de sociabilidade nas suas mais variadas expressões.

“[...] A origem da feira-livre remonta ao século IX na Europa. Mercados locais organizavam-se com vistas a suprir a população com gêneros de primeira necessidade. Dessa forma, as feiras surgiam junto às primeiras aglomerações, inicialmente tidas como povoados e vilas e posteriormente cidades. Em um texto dedicado ao estudo da cidade, Weber (1979) demonstra o quanto seu aparecimento esteve intimamente ligado às feiras, centros de aglomeração humana a partir das atividades comerciais que instigaram a abertura de estradas e comunicações entre diferentes grupos. Desde a Europa Medieval, as feiras se constituíam como espaços de sociabilidade, reunindo periodicamente mercadores de diversas regiões. A partir dos portos italianos consolidava-se um comércio terrestre, levando mercadorias orientais por toda a Europa Ocidental. Desde então, segundo Doronim e Araújo (2009), muitas formas de comércio foram “aperfeiçoadas”, de mercados às quitandas, do tabuleiro no meio da rua às diversas técnicas de venda e de convencimento presentes nas falas dos feirantes. Do período Medieval à contemporaneidade as feiras apresentam-se como importantes espaços onde a relação estabelecida com o tempo e com os atores sociais, nas palavras de Doronim e Araújo, “[...] concorre para que à vida cidadina carregue grande diversidade e riqueza de possibilidades plurais de rituais, comportamentos, normas e limites de uso e apropriação do território urbano” (DORONIM; ARAÚJO, 2009: 16). (*Ponto Urbe* [Online], 12 | 2013, posto online no dia 31 Julho 2013, URL: <http://pontourbe.revues.org/528> ; DOI : 10.4000/pontourbe.528)

As feiras mormente ocorrem em vias públicas ou nos espaços especialmente destinados, quase sempre ao ar livre e em locais, dias e horários previamente determinados. Configuram-se pela venda varejista com instalações provisórias e móveis, onde os equipamentos são colocados lado a lado, forçando a aproximação entres os comerciantes, bem como, estratégias que os distingam frente aos clientes que, no caso, são beneficiados pelo relacionamento direto com o vendedor/proprietário, facilitando a escolha dos produtos expostos, à combinação de preços e a um atendimento diferenciado.

Uma feira livre é, antes de qualquer coisa, um negócio. Quase sempre um negócio de família, não só porque muitas vezes perpassa gerações, mas porque quase nunca o feirante com o seu núcleo familiar está sozinho no contexto das feiras livres. Sempre há um irmão, primo, cunhado, que também desenvolve a atividade. Sendo um negócio, a lógica está em empreender uma atividade lucrativa que garanta o sustento, e que possa, para além disso, também proporcionar ganhos que valham uma vida mais afortunada. Sendo assim, é um negócio que, como qualquer outro, se molda nos ditames de mercado: oportunidade; oferta x procura; auferição de lucro etc.

O feirante é um trabalhador das cidades – urbano – que traz para o seu empreendimento toda uma gama de experiências, de saberes, que vão sendo reconstruídos e ressignificados na lida do dia a dia. Esses sujeitos e essas práticas ganham novas cores a cada inter-relação às quais estão submetidos e fazem parte. Por isso “ir à feira” ou “fazer a feira” é, em grande medida fazer-se a si mesmo. As cidades, por complexas que são, e cada vez mais, tornam o cotidiano do feirante um celeiro de novos aprendizados, novas interpretações e novos ensinamentos, já que o feirante é ativo nesse processo contínuo.

Sendo as feiras livres um componente do mundo urbano e, sendo bem peculiar, pergunta-se como é possível repensar o fenômeno urbano através das feiras livres? Ou quais características do urbano, especialmente no mundo moderno, podem ser verificadas, afirmadas ou contraditas pela dinâmica das feiras livres?

Este trabalho pretende olhar para as feiras e os feirantes do Município de Uberlândia-MG, quando se procurará fazer analogia com alguns temas próprios da modernidade, valendo-se de autores como Georg Simmel e Louis Wirth conceitos como, liberdade individual, mentalidade individualista e espírito contábil; na expectativa de que tais concepções consigam ao menos sinalizar parte dos paradigmas modernos em que os feirantes estão inseridos e que ditam suas condutas. Depois, com Foote Whyte e suas proposições como, complementaridade, relações significativas, reciprocidade e dimensão moral, para tentar mostrar que nas feiras livres podem ser percebidas resistências aos condicionantes da modernidade.

Por fim, com Michel Foucault, a partir de suas considerações acerca da governamentalidade moderna, ou do Estado Moderno, referindo-se não apenas às formas,

construções e ferramentas de governo, mas também às maneiras de refleti-lo metodicamente. Para Foucault o Estado não detém os objetivos, as finalidades, ou as intenções da política em si, nem é sua expressão final. Outras relações acabam surgindo a partir da normalização e a disciplinarização, em que as diretrizes do Estado podem fazer nascer padrões especiais de subjetividade, de liberdade e modelos de resistência.

Nesse raciocínio, a intenção é refletir sobre a relação do Estado para com os feirantes em Uberlândia, na tentativa de analisar se eles, pela rotina que vivenciam, conseguem se mobilizar em prol de questões comuns ou mesmo se isto vem a ser algo que faz sentido para eles. Também, como eles assimilam as questões de Estado, no caso, aqui traduzido pelo Poder Executivo Municipal. Como consequência, o que pode ser identificado em suas práticas que mostram como eles elaboram as diretrizes governamentais. E ainda, como os feirantes lidam com os agentes públicos que estão constantemente presentes no seu dia a dia: os Fiscais.

Apresento o pressuposto, a partir da minha vivência com esse grupamento social, de que o feirante se percebe mais na individualidade do que enquanto grupo (ou classe), por isso pouco se vê esforços em razão de demandas de grupo, de forma que os feirantes têm dificuldade de mobilização, e atribuo ao fato da representatividade sindical não ser efetiva, tendo sido mais cooptada pelo Poder Público do que proponente ou reivindicadora das causas da categoria.

## **2. Procedimentos Metodológicos**

A análise qualitativa foi escolhida, dada a natureza desta pesquisa: busca pela compreensão de alguns aspectos de uma realidade em particular a partir do conhecimento, vivência e reflexão pessoal, além da memória e fala dos interlocutores, levando em conta que o que é investigado não é independente do processo de investigação, e que o conhecimento produzido traz certa carga valorativa.

Trata-se, portanto, de uma etnografia, cuja imersão no cotidiano das feiras livres se dá ao longo de toda uma vivência e, mais pontualmente, para efeitos desta pesquisa, quando o pesquisador buscou estar nas feiras com um olhar científico, utilizando para isso entrevistas semiestruturadas, observação participante, no caso, acompanhando os feirantes durante a lida do dia, nas montagens/desmontagens das bancas, durante as compras de mercadorias dentro do município e até mesmo fora deste. Também valendo-se dos arquivos públicos municipais a que teve acesso.



### **3. CAPÍTULO I – Do Estado**

#### **3.1 O autor – um fiscal**

Fui introduzido no quadro de Fiscais de Abastecimento no ano de 1993 mediante contrato temporário e logo em seguida efetivado a partir da aprovação em concurso público. Apesar de outras áreas de atuação como a coibição do abate clandestino de animais na cidade, nós Fiscais de Abastecimento sempre cumprimos uma carga de trabalho voltada para as feiras livres proporcionalmente maior que nas demais frentes.

Desde meu ingresso pude vivenciar todas as instâncias técnicas da relação poder público x feirantes. Atuei como Agente de Campo com a prerrogativa de orientar, corrigir, notificar, autuar e apreender mercadorias. No começo e, por tempo considerável, a metodologia era de o fiscal permanecer no local de trabalho cumprindo toda a jornada de seis horas. Éramos pegos em casa às 05:00h ou à tarde às 15:00h e deixados numa das feiras para a fiscalização. Por ser novo no quadro de servidores e por ser nova para o feirante a presença mais contínua de agentes fiscalizadores, a relação fiscal x feirante não foi tranquila, de forma que foram comuns o expediente de notificações e autuações. Também, com a incidência de comerciantes não credenciados tentando aproveitar do fluxo de consumidores das feiras livres forçando os fiscais a agirem com a devida orientação e, posteriormente (para os reincidentes), com a devida repressão, tendo que contar com o apoio da Polícia Militar. Apesar de sempre procurar agir com zelo frente às obrigações e sendo efetivo no cumprimento do meu dever, nunca me senti muito à vontade tanto nas situações em que precisei corrigir um feirante (notificando ou autuando) e, principalmente, nas várias vezes que tive que apreender mercadorias e equipamentos dos ambulantes, quando alguns deles tiveram que ser conduzidos pela PM em virtude de suas reações.

Esse desconforto para com as ações “contra” o feirante, atribuo ao fato de que estávamos próximos fisicamente por tempo diário considerável, o que força uma aproximação, no mínimo, saudável, no campo das cordialidades, do respeito e da ética. Fiscais e feirantes são colocados num mesmo espaço/tempo para exercerem suas atividades. Seriam essas atividades confrontantes ou complementares? De início não me lembro se refletia sobre isso, mas vivia essa dicotomia! Sempre logo após uma autuação sentia que a relação se rompia, ainda que momentaneamente ou por alguns dias. Percebia que quase todos os feirantes autuados ficavam

contrariados da ação, não somente pelo fato em si, posto que ninguém gosta de ser corrigido, mas, sobretudo, por quem corrigia era alguém que estava próximo e que continuaria próximo nos dias subsequentes. De forma que sempre havia dois trabalhos: o trabalho próprio da atividade: corrigir alguém; e o trabalho de fazer esse alguém entender que não era uma questão pessoal, mas institucional. O problema é que o pessoal e o institucional caminhavam juntos, de difícil separação. Ou seja, a relação fiscal x feirante em Uberlândia sempre se deu em meio a um jogo de regras frias e sentimentos de reciprocidade.

Atuei também por longo período como agente administrativo apoiando os coordenadores da equipe de fiscais, atendendo aos feirantes, ao público interessado e cumprindo também escala de campo. Nesta seara pude participar das discussões sobre o gerenciamento do setor, melhores formas de fiscalização e, inclusive, colaborando com a concepção das muitas legislações que foram sendo criadas.

Também, por dois momentos, a saber: o biênio 1999/2000 e no ano de 2010, respondi pela coordenação direta dos fiscais. E no biênio 2011/2012, respondi pela Direção de Inspeção e Fiscalização, quando não só os fiscais estiveram sob minha direção, mas também três coordenadores. Nestes momentos não somente tive que lidar com as questões técnicas relacionadas às feiras livres, mas também com as questões jurídicas e políticas inerentes, sobretudo a relação da Administração Pública com o Sindicato dos Feirantes de Uberlândia.

Essas referências são necessárias para este trabalho, na medida em que deixa claro ser o autor também um participante ativo e com alto nível de participação, seja no contato direto com os feirantes, seja na elaboração de políticas públicas dos últimos 20 anos que são os mais relevantes para os objetivos do presente estudo, já que pretende refletir sobre algumas questões de Estado e de sociabilidade que envolvem as Feiras Livres em Uberlândia.

Em todo esse tempo de carreira vivi muitas situações junto aos feirantes. Primeiramente a institucional em que de fato sou e me vejo como autoridade ou o representante da autoridade municipal, e que, não podendo ser o contrário, também sou visto pelos feirantes por este prisma. Tal relação por si só traz uma carga de proximidade inevitável como descrito acima, mas também a necessidade de um distanciamento estratégico que fiz questão de cultivar como sendo saudável para o sucesso do meu trabalho, a despeito do envolvimento natural que se possa ter quando se pensa na quantidade de anos e de presença vivenciados.

A vivência é tamanha que hoje eu tenho contato com filhos de feirantes que nasceram quando eu estava entrando na função. Muitos eu acompanhei à distância o crescimento. Nesse tempo também muitos feirantes morreram de todo tipo de morte e eu estive em alguns velórios, por aquele sentimento de quase pertença a um grupo e porque seria uma desfeita não conceder os pêsames aos que ficaram, demonstrando assim a devida consideração pelo tempo de convívio, apesar da barreira institucional.

Quando no começo da carreira e talvez por força das circunstâncias, parecia que estávamos em lados opostos: fiscalizador x fiscalizados - e que o feirante deveria cumprir os ritos preconizados sem muita margem de variação. Aos poucos fui assimilando tratar-se de um único lado a que eu chamo de “Sistema”, na acepção de ser uma engrenagem da qual o fiscal é uma peça fundamental. Também fui entendendo sem muita resistência que há variações possíveis sim entre a norma e a prática, sem que isso configure negligência ou dolo. Por isso, aos poucos, o fiscal/autoridade foi dando lugar a um mediador, posto que o feirante, segundo meu juízo, está em constantes conflitos: com a legislação, já que tem que cumpri-la; com os colegas, já que são, no mínimo, concorrentes; com as condições climáticas, já que tem que enfrentá-las; conflito, enfim, com a vida, pois precisa ganhá-la.

Assim, o fiscal não é necessariamente um mero apontador de regras frias, mas alguém que tem condições e autoridade para apresentar soluções plausíveis para os conflitos, de forma que, se o rito fala que os feirantes devem estar no local de trabalho a tempo e à hora para terem condições de montar seus equipamentos, e que, eventualmente alguém se atrase em virtude de qualquer imprevisto, o fiscal poderá mediar para que os demais feirantes o esperem, ou até que abram caminho para que o mesmo tome seu lugar.

Bem, esse é um entendimento pessoal, mas também uma diretriz governamental que vi ser seguida em praticamente todas as administrações ao longo desses mais de 20 anos e que defendi, é claro, nas vezes que pude. E não poderia ser diferente, pois sempre é uma política interessante priorizar o diálogo e o entendimento em detrimento dos mecanismos punitivos. Ainda mais num setor tão exposto à opinião pública como são as feiras livres, de forma que qualquer abordagem de um fiscal para com um feirante, dependendo do comportamento de ambos, pode gerar situações complicadas para os gestores públicos.

De uma forma geral posso dizer que os fiscais se assemelham em quase tudo, pois têm o mesmo tempo na atividade e praticamente todos os que estão na ativa hoje também puderam colaborar em cargos de coordenação. A exceção talvez se dê no quesito maior ou menor proximidade com os feirantes, já que descrevi acima um posicionamento muito pessoal. Por isso, considero que apenas minhas reflexões são suficientes para os objetivos deste trabalho e não me preocupei em ouvir os colegas acerca de todas as questões aqui abordadas.

### 3.2 Uberlândia – uma cidade moderna – breve histórico

O Município de Uberlândia a partir da década de 1950, teve seu espaço urbano marcado por enormes transformações ligadas ao advento da industrialização, aos setores comerciais e de serviços bastante diversificados, como a construção de Brasília e do sistema rodoferroviário que contribuíram para interligá-la aos principais centros do país, inserindo-a no contexto nacional. De lá pra cá a população de Uberlândia aumentou consideravelmente e se urbanizou.

Em termos de crescimento demográfico, a cidade de Uberlândia, apresentou, até a década de 1990, índices elevadíssimos. Segundo o Censo Demográfico do IBGE-MG, em 1950 a população urbana era de 35.799 habitantes, e a rural, de 19.185 habitantes, o que representava 65,10% e 34,90% respectivamente, enquanto que no ano de 2000 a população urbana era de 487.887 habitantes, e a rural, de 12.208, representando 97,56% e 2,44% respectivamente (vide Tabela 1).

Esse crescimento vertiginoso e acelerado da cidade de Uberlândia se deu conforme mencionamos anteriormente, com a inserção da mesma no contexto do comércio nacional garantindo que o capital local continuasse se reproduzindo. Para isso, o poder público intensificou os mecanismos e condições necessárias ao escoamento da produção e melhorou a rede rodo-ferroviária para transporte de bovinos oriundos de Goiás e do arroz produzido no Vale do Paranaíba e beneficiado em Uberlândia. Toda essa dinâmica contribuiu para que se iniciasse aí uma expansão urbana horizontal por todos os lados, evidenciando um processo de ocupação periférico que apresenta um espaço urbano bastante fragmentado e com enormes vazios urbanos. *MOTA Hermilon Miranda: Evolução urbana de Uberlândia: Uma Cidade do Triângulo Mineiro de Porte Médio e em Contínuo Crescimento - Anais: Encontros Nacionais da ANPUR, 2013 - unuhospedagem.com.br*

Segundo estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população de Uberlândia chegará à casa dos 676.613 habitantes em 2017, sendo o município mais populoso da região do Triângulo Mineiro e o segundo mais populoso de Minas Gerais, depois da capital, Belo Horizonte. Uberlândia hoje é uma cidade pujante que nas últimas décadas atraiu unidades de grandes indústrias e aproveitou sua localização estratégica para se fortalecer como centro de distribuição atacadista, também como entreposto da Zona Franca de

Manaus, além de investir no setor de telecomunicações. São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Goiânia e Brasília: os maiores centros econômicos do Brasil contam com Uberlândia como ponto de ligação aos mercados do país, ao MERCOSUL e ao mundo através de uma excelente estrutura que engloba transporte rodoviário, aéreo, hidroviário e ferroviário.

Num raio de 600 quilômetros, Uberlândia atinge 50 milhões de consumidores, responsáveis por quase 2/3 do PIB brasileiro. E sua malha rodo-ferroviária e o Terminal Intermodal de Cargas ligam aos principais mercados do País, ao Mercosul e ao mundo. Cidade-pólo que atrai consumidores de mais de cem municípios do Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba, Sul de Goiás e interior de São Paulo. É o maior centro-atacadista distribuidor da América Latina, figurando como a terceira cidade em arrecadação de ICMS. Quando reduzimos para um raio de aproximadamente 150 quilômetros partindo de Uberlândia, a população atingida pode ser estimada em três milhões de pessoas; uma parcela das quais se desloca diariamente à cidade, exigindo de suas estruturas um desempenho bem maior do que seria necessário para o atendimento apenas de seus habitantes.

É de se notar que esse elevado fluxo de pessoas e de bens provoca reflexos imediatos sobre alguns aspectos da vida urbana, tais como: trânsito, transporte, educação, saúde, violência e outros.

O movimento populacional foi muito significativo nas últimas décadas, especialmente a migração urbana-urbana, em sua maioria constituída por pessoas oriundas de municípios vizinhos e de outras regiões de Minas Gerais, Goiás e São Paulo. Outro fator muitíssimo importante para entendermos o processo migratório urbano-urbano foi a instalação da Universidade Federal de Uberlândia, na década de 70, que, com seus cursos, atende toda a região, além de parte de São Paulo, Mato Grosso e Goiás. Esse fato produziu um grande afluxo populacional para a cidade com expressivas alterações culturais nos hábitos.

O processo migratório urbano-rural foi também expressivo, sobretudo com a valorização do cerrado, que se expressa na utilização de tecnologia, criando assim condições para que se desenvolvessem na região diversas culturas de exportação, produzindo grandes mudanças nas relações de trabalho.

De fato, a área de influência de Uberlândia, ultrapassa os limites do Estado de Minas Gerais. Habitantes do Sul de Goiás, do Norte de São Paulo e do Leste do Mato Grosso costumam acorrer à cidade em função do diversificado leque de alternativas e oportunidades que ela oferece. *MOTA Hermilon Miranda: Evolução urbana de Uberlândia: Uma Cidade do Triângulo Mineiro de Porte Médio e em Contínuo Crescimento* - Anais: Encontros Nacionais da ANPUR, 2013 - unuhospedagem.com.br

Uberlândia é uma cidade progressista. Existe, inclusive, claramente um sentimento de progresso no ideário do uberlandense. Estar aqui e olhar para a estrutura que a cidade tem se comparada com outras do mesmo porte ou até maiores, de fato é preciso reconhecer que Uberlândia desponta como cidade que avançou e não retroagiu ou estagnou. Ocorre também um discurso majoritário, talvez, elitista, que busca evidenciar aonde a cidade chegou, não se preocupando muito com o processo de caminhada. Em outras palavras, parece haver um empoderamento da narrativa histórica na cidade que procura descrever as conquistas e o

brilhanismo de Uberlândia como resultado de uma elite pensante e esclarecida que foi capaz de trazer o progresso. E nada mais significativo do que a própria letra do hino da cidade, que enaltece a fertilidade e sedução dessa terra, além da marcha empreendedora que por aqui se tem.

“Uberlândia, terra gentil que seduz,  
Uberlândia, jóia da minha afeição,  
Uberlândia, tua beleza reluz  
Os seus jardins formosos são  
Toda a minha adoração

Uberlândia, grupos e faculdades,  
Polis e bigornas, tua marcha triunfal!  
Teu progresso: estudar... trabalhar...”

Ainda que se tenha que enaltecer o brilhanismo dos líderes locais que conseguiram elevar Uberlândia a um patamar superior de desenvolvimentismo regional, fazendo da cidade um polo de referência em muitas áreas, preocupa a ausência de falas e percepções sobre o custo deste progresso e dinamismo. Não é tão evidenciado o trabalho em si dos trabalhadores (e outras classes), seus discursos, perspectivas, suas formas de ver o mundo e perceber a cidade, que parecem ser desconsiderados. Especialmente durante os ditos “anos sombrios” de 1964 a 1985, vivenciados por toda a nação brasileira, em que a cidade contou com muitos avanços e restou sedimentado um pensamento dominante de relações sociais e culturais de difícil desconstrução.

Mas, sendo a caminhada claramente revelada ou não, Uberlândia é hoje uma metrópole, progressista, desenvolvida, urbanizada, moderna, complexa, com todos os cenários positivos e negativos da atual conjuntura político-econômico-social brasileira.

### **3.3 O Estado e as feiras livres em Uberlândia**

Em Uberlândia existe o Sistema de Feiras Livres que está a serviço da população local. Por Sistema entenda-se todo um complexo de práticas, legislações, pessoal de gestão, pessoal operacional, feirantes, equipamentos, software e políticas que, mais ou menos articulados, completam um todo que visa prestar o serviço de levar até a população os produtos típicos de feira, pelo menos aqueles que são definidos como próprios para a cidade.

Para este trabalho a preocupação inicial não foi de buscar nos arquivos públicos municipais um histórico documentado, no sentido de elucidar os motivos e as condições que se estabeleceram para a criação das feiras livres em Uberlândia. Bastou a memória oral de feirantes que dá conta de que a primeira feira livre foi criada no ano de 1964 pela razão de mercado mesmo, para escoamento da produção excedente dos produtores que até então era concentrada no Mercado Municipal da cidade (Mercado Velho), e também, é claro, para aproximar os produtos dos fregueses. Fato que pôde ser comprovado pelas manchetes dos jornais da época (Vide anexo).

Curioso é, no entanto, perceber que a ideia de feira na cidade data do ano de 1931, quando o Prefeito Municipal Lúcio Libânio, decreta:

“considerando que é dever da prefeitura, facilitar o comércio de gêneros alimentícios, de modo que garanta sua abundância, boa qualidade e baratesa; considerando que as dificuldades financeiras da Municipalidade não lhe permitem a construção de um mercado, decreta a seguinte lei:

Art. 1º - Fica creado o comércio de gênero alimentício em feira livre.(...)”

<https://leismunicipais.com.br/a1/mg/u/uberlandia/decreto/1931/5/50/decreto-n-50-1931-cria-o-comercio-de-generos-alimenticios-em-feira-livre?q=feira%20livre%201931>

Em 1948 aprova-se o primeiro regulamento para as feiras livres do Município, pelo então Prefeito José Fonseca e Silva.

<https://leismunicipais.com.br/prefeitura/mg/uberlandia?types=5&q=feiras+livres+1948>

Em 1952 ocorre uma ampliação desta regulação, agora no mandato do Prefeito Tubal Vilela da Silva.

<https://leismunicipais.com.br/prefeitura/mg/uberlandia?q=feiras+livres+1952>

Até então, figura como gestor direto das feiras a própria prefeitura da cidade, não sendo qualificado nenhum órgão específico. Somente no ano de 1971, com o Prefeito Virgílio Galassi, o Serviço de Patrimônio é designado para gerir as feiras livres, a partir de novo Decreto regulatório.

<https://leismunicipais.com.br/a1/mg/u/uberlandia/decreto/1971/70/699/decreto-n-699-1971-dispoe-sobre-as-feiras-livres-do-municipio-e-da-outras-providencias?q=feiras%20livres%201971>

Aqui, conforme a memória apresentada, o novo regulamento já se dá com um quadro de feirantes ativos comercializando em alguns bairros da cidade. Percebe-se que, ao compasso

dos tempos, o Poder Público tem a necessidade de ir melhor regulamentando a atividade, indicando que é um processo de construção contínua que precisa ir se adaptando aos tempos e regramentos sociais. Assim, fica claro que a normatização vem a ser o fio condutor dos regulamentos.

Olhando para o passado recente, percebe-se que o próprio crescimento da cidade forçou algumas ações da municipalidade com relação aos objetivos das feiras e, conseqüentemente sobre as condições para que elas se desenvolvessem. A própria ideia de abastecimento que as feiras livres trazem na sua proposta, qual seja: a que a cada novo bairro surgido na cidade, em síntese, necessário é levar os produtos aos moradores de cada local. Essa questão se resolve a partir de uma política de expansão claramente definida pelos órgãos gestores, ou mesmo, pela representação dos moradores, fazendo das feiras uma conquista a ser alcançada em cada bairro. Quase sempre “essa conquista” foi capitalizada por agentes políticos nas suas intenções eleitoreiras.

Assim, seja por promoção ou por resposta às cobranças, ampliou-se em muito os pontos comerciais de feira no município de Uberlândia nos anos de 1980 e começo de 1990. Isso exigiu fortalecer a estrutura gerencial do Poder Público Municipal para dar conta da demanda crescente da atividade de feira livre no município. A história mostra que houve três eixos principais nos quais o Poder Público se assentou: Regulamentação, através de Leis, Decretos, Portarias – Fiscalização, por meio do aumento do quadro de agentes e de mecanismos fiscalizadores – Parceria, com o apoio aos feirantes, sobretudo com incentivos à sua representatividade.

Marcadamente o início dos anos de 1990 pode ser visto como um divisor de águas na sistemática das feiras livres municipais, com repercussão até os dias atuais. Neste tempo, foi necessário ampliar o número de fiscais para as feiras livres e, posteriormente, em 1994, a realização de concurso público para o quadro de Fiscais de Abastecimento, agentes estes que detém também a incumbência de outras frentes de fiscalização, como: o comércio de hortifrutigranjeiros a nível de atacado; a coibição do abate clandestino de animais; a fiscalização das atividades no Mercado Municipal de Uberlândia e, mais recentemente, a lida com feiras de produtores e feiras em condomínios. Porém, no que diz respeito às feiras livres, percebe-se a preocupação do Executivo Municipal quanto à sua problemática, no sentido de que todas as



feiras, em todos os dias e horários, desde à época, e até mesmo antes dela, receba a visita de um fiscal devidamente instituído.

Também, em relação ao Sindicato dos Feirantes de Uberlândia, quando os gestores se preocuparam em apoiar sua criação, localização com sede própria e legitimação frente aos feirantes para que eles passassem a sindicalizados. Não sendo isso nunca uma imposição, mas, certamente, uma clara deliberação para que todos buscassem a filiação.

E ainda, uma nova regulamentação da atividade de feiras livres no município, através do Prefeito Municipal Virgílio Galassi, com o Decreto 5664/92, que delegou à Secretaria Municipal de Agropecuária e Abastecimento (Smaab) a gerência sobre as feiras livres.

“[...] Art. 2º - Fica Delegada ao Secretário Municipal de Agropecuária e Abastecimento, a competência para criar feiras livres, localizá-las, dimensioná-las, suspender-lhes o funcionamento, remanejá-las e extingui-las total ou parcialmente, em atendimento ao interesse público e respeitadas as exigências higiênicas, viárias e urbanísticas em geral.

Parágrafo Único - As feiras livres têm caráter supletivo do abastecimento, e seu redimensionamento, remanejamento, suspensão de funcionamento ou extinção poderá ocorrer a juízo da Secretaria Municipal de Agropecuária e Abastecimento quando houver estabelecimento comercial do gênero permanente na sua área de influência, suficiente para atender ao abastecimento da população e sempre que se verificar a ocorrência conjunta ou separadamente das seguintes condições:

I - densidade razoável de população;

II - localização viável;

III - interesse da população local;

IV - interesse da Secretaria Municipal de Agropecuária e abastecimento;

**V - interesse do órgão de representação da classe de feirante.”**

“[...] Art. 15 - Anualmente, no prazo estabelecido pela Secretaria Municipal de Agropecuária e Abastecimento, e enquanto vigente a permissão de uso, o feirante deverá providenciar, junto ao órgão competente, a revalidação e atualização da sua matrícula, **exibindo o comprovante de contribuição sindical**, quitação de taxas e outros documentos que na oportunidade lhe forem exigidos.”

<https://leismunicipais.com.br/a1/mg/u/uberlandia/decreto/1992/567/5664/decreto-n-5664-1992-regulamenta-a-instituicao-de-feiras-livres-no-municipio-de-uberlandia-e-da-outras-providencias?q=feiras%20livres%201992>

Os destaques (propositais) mostram a importância que se deu ao órgão de representação dos feirantes, fazendo com que a grande maioria se submeta desde sempre a essa exigência, com poucas exceções.

As concepções principais deste Decreto perduram até os dias atuais. Entretanto, várias alterações foram promovidas de acordo com as necessidades que se apresentavam a cada época,

vinculadas ao entendimento sobre o Sistema de Feiras por parte de cada administração municipal e à aproximação ou distanciamento dos feirantes e, em especial, ao Sindicato dos Feirantes. Tais regulamentos tratam basicamente de: posturas que os feirantes devem cumprir tais como, horários, locais, padronização de equipamentos, produtos permitidos, formas de conduta e uniformes; exigências administrativas, taxas, prazos, documentação; exigências sanitárias; atribuições da Secretaria de Agropecuária e Abastecimento e atribuições dos Fiscais de Abastecimento.

### **3.4 A legislação atual**

Em 2011 a gestão municipal do então Prefeito Odelmo Leão (2008 a 2012), para melhor gerenciar o Sistema de Feiras Livre, resolveu sancionar a Lei 10.702 – DISCIPLINA A INSTITUIÇÃO DE FEIRAS LIVRES NO MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA, REVOGA OS DECRETOS Nº 5664 DE 13 DE NOVEMBRO DE 1992; Nº 6757/95; Nº 7870/99; Nº 7961/99; Nº 8356/00; Nº 8569/01; Nº 8461/02 E OS ARTIGOS 24 E 25 DA LEI Nº 4744/88 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Esta lei não deixou de ter um teor muito formal, diretivo, determinista, senão implacável. Por que uma lei? Aqui eu posso falar com propriedade já que participei da concepção, elaboração e defesa dos seus postulados. Primeiramente fazia-se necessária uma legislação única, pois era muito confuso de se trabalhar com tantas normativas que alteravam o Decreto de 1992. Tais alterações demonstram a facilidade de se criar normas e alterá-las ao critério da vontade dos gestores de cada época. Assim, entendendo que mudanças contínuas não beneficiam o Sistema como um todo (antes deixavam os feirantes preocupados com sua situação prática), optou-se então pela elaboração de um projeto de lei que foi discutido ponto a ponto com o Sindicato dos Feirantes de Uberlândia e com um representante do Poder Legislativo.

De todos os embates que vivenciei ao longo da carreira no que diz respeito às formas de gerenciamento do Sistema e também quanto às alterações de normas que foram sendo implantadas, algumas que inclusive retroagiram avanços conquistados, nada nunca foi tão discutido e tão motivo de preocupação quanto à própria situação jurídica dos feirantes em relação à administração pública. Nem mesmo as oposições ferrenhas que houve no final dos anos 1990 quando a Secretaria de Agropecuária e Abastecimento formulou e implantou o

chamado “Projeto Feira Limpa”, em que se pretendia deixar os espaços destinados à atividade de feiras na cidade devidamente limpos ou pelo menos mais apresentáveis ao final das comercializações, numa clara preocupação com o meio ambiente, já que o lixo da feira invade casas adjacentes e são levados pelas chuvas, entupindo assim bueiros, trazendo transtornos de toda sorte, mas que, pela resistência natural às mudanças não encontrou nos feirantes e na sua representatividade a parceria ideal para continuidade.

Nem mesmo a própria condição do Sindicato dos Feirantes frente à categoria, pois a leitura que faço dá conta de que o órgão não tem tanta abrangência de representatividade para com os feirantes, pois, segundo percebo, o feirante é mais condicionado pelo poder público à sindicalização do que o faz de forma voluntária e com o entendimento necessário. Particularmente sempre opinei para que os feirantes fizessem a opção pelo Sindicato, primeiro porque entendo ser isso fundamental para eles enquanto seguimento profissional. Depois, porque para o gerenciamento do Sistema é mais viável atender demandas conjuntas do que particulares. Mas o fato é que muitos feirantes acusam os diretores do Sindicato em todas as épocas de atuarem mais como despachantes de documentos (leva e traz) do que propriamente como líderes que lutam pelas causas ou que formulem propostas para melhoramento das feiras livres frente ao mercado.

Então, a principal preocupação dos feirantes é com a situação legal. Para cada matrícula de feira livre existe um feirante vinculado juridicamente. Este feirante agrega consigo outros feirantes (pais, irmãos, filhos, funcionários com vínculo empregatício), mas o vínculo jurídico só se dá com ele. Na verdade o feirante é um Permissionário de Feira Livre, ele detém uma Permissão de Uso e ela se dá a título precário e com prazo determinado. Nesta Permissão/Matrícula são concedidos ao feirante alguns pontos de comercialização em bairros da cidade. Mas, na prática, o feirante não é dono do seu negócio e pode perdê-lo. Existe um instrumento jurídico cujas cláusulas estabelecem direitos e deveres que se vinculam às legislações pertinentes. No caso, à época da formulação da Lei a situação do quadro de feirantes ativos no Município era de que 100% não estavam acobertados por uma Permissão de Uso. Todas já estavam vencidas. Soma-se a isso o fato de que uma permissão de uso não pode ser transferida a não ser em situações de falecimento ou invalidez do permitido. Também, para a detenção de uma permissão pública há de se ter o devido processo licitatório e, tanto uma questão como a outra, não estava devidamente regulamentada pelos decretos de até então e

havia um forte questionamento do Ministério Público para que houvesse um alinhamento com as normas federais sobre concessão pública.

Sendo o expediente dos decretos, então, tão passíveis de mudanças, definiu-se pela elaboração de algo com força de Lei para que as alterações vindouras tenham que passar pelo crivo dos legisladores. A Lei 10.702/2011, é claro, abarcou não só essas questões pontuais de direito, mas tudo aquilo que já estava preconizado nos Decretos com as correções que puderam ser pensadas e discutidas pela comissão encarregada da tarefa. Uma delas, que vejo como importante deixar aqui registrado, é alteração que se promoveu na conceituação da própria finalidade das feiras livres, vide:

"Art. 3º A feira livre tem por finalidade proporcionar o abastecimento de produtos hortifrutigranjeiros, cereais, produtos alimentícios industrializados ou processados para consumo, pescados, utensílios domésticos, roupas, brinquedos, armarinhos, bijuterias, artesanato, flores, prestação de pequenos serviços.

Parágrafo Único - **A feira livre constitui uma opção de acesso a produtos típicos regionais e uma forma de abastecimento alternativo**, visando ainda, ser um espaço de integração social e atividades culturais e de entretenimento, de fomento ao turismo, em atendimento à população local". (NR)

O destaque mostra que o conceito das feiras mudou de “abastecimento supletivo” cuja existência só seria possível conquanto cada bairro não contasse com estabelecimentos do gênero, para “abastecimento alternativo”, de forma que as feiras agora atuam como opção à população e até como reguladoras de mercado. Ou seja, agora elas podem ser mantidas enquanto houver interesse público. Isso se deu porque o alto índice de crescimento da cidade atraiu inúmeros mercados e hipermercados que concorrem diretamente com as feiras livres, fazendo com que elas perdessem naturalmente uma gama considerável de clientes.

Não é difícil de imaginar o que essa questão gerou ao longo do tempo nas feiras livres e para com os feirantes. Como está no preâmbulo deste trabalho uma feira é antes de tudo um negócio, e um negócio se expande ou retrai de acordo com a demanda. Isso impactou de forma determinante as políticas públicas para com as feiras livres. Para se ter uma ideia, a despeito do grande crescimento populacional e de bairros na cidade, não houve o acompanhamento proporcional do quadro de feirantes ativos como poderia ter sido. Optou-se no decorrer da história recente por se conceder mais pontos de comércio para cada feirante do que

propriamente de se convocar novos feirantes para cobrir a demanda pelo surgimento de novos bairros. Atribuo como sendo uma decisão acertada, pois, mesmo que para o poder público fosse interessante politicamente conceder novas permissões, certamente foi favorável aos feirantes terem mais locais de venda e assim ampliar o ganho semanal e atender os bairros. Isso possibilitou que os feirantes fizessem do empreendimento seu principal meio de vida e não somente um complemento de renda como acontece noutras cidades em que cuja política tem sido a de se conceder mais vagas com menos locais de trabalho.

Mas como negócios podem não dar certo, muitos feirantes optaram por deixar a atividade, sendo grande o rodízio de comerciantes ao longo desses 20 anos. No período dos últimos quatro anos (2013 a 2016) o índice de rotatividade chegou à casa dos 40%, o que acaba contribuindo para o enfraquecimento do Sistema, já que um novo feirante demora algum tempo para se firmar no negócio, pois, de início, um novato normalmente tem dificuldade em fazer uma boa compra, em precificar a mercadoria, em diminuir as perdas. Enfim, assisti muitos feirantes iniciantes desistirem em pouco tempo, não sem prejuízos consideráveis de suas reservas financeiras. Vi também muitos feirantes passando pelas feiras, desistindo e depois retornando, porque não conseguiram adaptação “lá fora”, como dizem.

Fica claro, portanto, que a transferência de Permissão/Matrícula de feirantes sempre foi algo comum mesmo não estando devidamente alinhada com os preceitos jurídicos da matéria, sendo esta a principal questão que levou à elaboração da Lei. Aproveitou-se assim essa necessidade determinante para também se fazer outras alterações de aspirações dos feirantes ou segundo o entendimento técnico do Poder Público.

Estava em jogo, de um lado os gestores preocupados em continuar administrando um Sistema deficiente da sua condição de existir, tendo que alinhar a legislação da cidade com a federal, para que não lhes fosse imputado algum crime de responsabilidade e ainda querendo uma legislação única com as alterações que se faziam necessárias. Do outro lado, os feirantes basicamente preocupados com a ameaça de não mais poderem transferir a Permissão de Uso quando e nas condições que melhor julgassem e uma ou outra questão prática referente a toda a sistemática nas feiras livres que pudesse ser alterada. Para representá-los julgou-se suficiente a participação do Diretor e Vice-Diretor do Sindicato dos Feirantes de Uberlândia, até porque, até então, essa era a metodologia adotada, pois, ainda que essa representatividade fosse questionada, eram eles quem de fato cumpriam o papel de representar os feirantes e souberam

entender bem o momento. Os diretores foram acompanhados por um vereador arregimentado por eles mesmos, mas que tinha trânsito junto à administração pública (era da base de governabilidade).

E a Lei 10.702/11, acabou não mudando muito a questão principal que estava em voga. Na verdade, na Comissão que envolveu os gestores municipais, os representantes do Sindicato dos Feirantes e o representante do Legislativo, esta pauta não encontrou acordo e praticamente só esta questão foi assim. De forma que todo o capítulo da Lei que trata da Permissão de Uso e Ocupação de Solo para as feiras livres, formas de ingresso e, especialmente, a manutenção da possibilidade de transferência, foi uma conquista política do Sindicato dos Feirantes, já que não houve alteração no que já vinha sendo praticado. Entretanto, a lei avançou na resolução desta matéria quando concedeu prazo de 06 anos de permissão aos feirantes do quadro à época e porque prevê processo licitatório ao final deste período para todas as permissões de feira livre no município. Ou seja, a questão jurídica dos feirantes (a principal para eles) ficou em *stand-by* por algum tempo.

### **3.5 O olhar do Estado através do seu preposto direto – o fiscal.**

A primeira coisa que destaco sobre qualquer feira livre da cidade em qualquer bairro, é o caráter impositivo dela estar ali e conflitivo por ali estar. A maioria das feiras livres está no mesmo local por mais de cinco anos, outras por mais de 10, outras por mais de 30. Isso por si só faz do local quase que um campo de batalha do Poder Público e dos feirantes contra a população do entorno, já que a maioria quase que absoluta dos moradores não morre de amores por uma feira na porta de suas casas.

O feirante pode iniciar a montagem das estruturas nas feiras diurnas a partir das 06:00h durante os dias da semana e às 05:30h aos finais de semana. Isso força o cidadão a mudar sua rotina naquele dia específico, especialmente quando há a necessidade de utilização de veículos, já que tem que tirá-los da garagem imediatamente antes da chegada dos feirantes, deixando-os aos perigos do clima e de vândalos. Soma-se a isso o barulho natural, na madrugada ainda, de uma movimentação de cerca de vinte a trinta veículos utilitários em média chegando nesse horário na rua da casa do morador e ainda o barulho mais do que peculiar do feirante que chega com seu comportamento, talvez, “extravagante”, comentando sobre o futebol, a novela, as

notícias do dia anterior. Soma-se o período de comercialização que se estende pela manhã até o limite de 13:30h para finalização da desmontagem. Também o lixo produzido pelas bancas que nos dias de chuva ou de ventania incomodam em muito o cidadão morador adjacente. No caso das feiras noturnas (uma tendência da modernidade em Uberlândia) o feirante pode iniciar as atividades a partir das 14:30h e finalizar até o limite de 22:00h, causando as mesmas perturbações das feiras diurnas aos moradores.

Outra questão de início é que o feirante precisa ir à feira. Ele não pode simplesmente decidir não ir, porque está frio, está chovendo, está cansado, está sem vontade ou porque não será economicamente viável segundo seus cálculos. Ele talvez seja forçado a não ir por algum impedimento, como enfermidade ou problema no veículo. Mas, fora essas eventualidades ele terá que ir, sob pena de as faltas acumuladas determinarem a perda da concessão daquele ponto de comercialização específico. E mesmo os motivos de força maior deverão ser devidamente justificados no setor competente, cujo critério de aceite se dá a juízo da administração.

Então, o feirante, via de regra, sai para ir à feira resignado do seu dever, e segue torcendo para que nada o impeça no caminho e muito menos lá no local de trabalho, de forma que ele tenha condição de montar seus equipamentos para logo em seguida iniciar a comercialização. Em chegando, ele já estará sob a tutela da legislação e da fiscalização, estando esta ali ou não. Mas o fato é que o fiscal chegará e exigirá tudo o que está preconizado e, talvez, alguma exigência nova. E mesmo que o fiscal não apareça, e isso às vezes acontece devido à operacionalidade do Sistema, o feirante cumprirá os ritos quase sem variação. Ele montará os equipamentos da forma recomendada; irá expor os produtos permitidos e a indicação dos preços da forma que lhe convier; colocará seu uniforme e atenderá seus clientes até o prazo máximo que lhe dê condição suficiente para desmontar tudo a tempo do prazo regulamentar.

E o fiscal é destacado para assegurar que cada evento, em cada lugar, ocorra em conformidade com a finalidade de uma feira livre, ou seja, fecha-se um trecho de um logradouro e requer que naquele espaço somente comerciantes credenciados ali estejam, vendendo produtos previamente definidos, dentro dos limites pré-estabelecidos e das formas decididas como ideais para o objetivo fim. Compete ao Fiscal de Abastecimento, conforme o Artigo 68 da Lei 10.702/2011:

II - verificar a Presença ou Falta dos Permissionários em cada feira livre, anotando as ocorrências em formulário próprio, expedido pela SMAAB, conforme os critérios adotados;

III - verificar as condições gerais dos locais, bancas, barracas, vestuários, em cada feira livre, anotando as ocorrências em formulário próprio, expedido pela SMAAB, conforme os critérios adotados;

IV - orientar, intimar e autuar o Permissionário que estiver em desacordo com as normas preconizadas;

Cabe ao fiscal também definir a quantidade de bancas e, conseqüentemente, de produtos numa feira livre, como segue:

V - dimensionar as Feiras Livres e estabelecer o número e localização das bancas, barracas e veículos especiais;

(...) X - identificar a necessidade de planificação das Feiras Livres, bem como sua execução.

E ainda,

IX - apreender mercadorias, veículos e equipamentos em desacordo com as prescrições legais, e afastar os ambulantes que se encontrem nas proximidades das Feiras Livres, requisitando, para tanto, reforço policial.

Sendo que,

Art. 69. É vedado o comércio exercido por ambulantes nos bairros e horários em que estiver sendo desenvolvida a atividade de feira livre, bem como qualquer tipo de campanha para venda de gêneros alimentícios e outros, quer seja em bancas, mostruários ou veículos, que não estejam devidamente autorizadas pela SMAAB.

Para um fiscal, então, uma feira livre ou o local de trabalho para o qual é designado com maior frequência, é primeiramente um lugar de enfrentamentos. Ele estará frente a frente com o morador que pode se sentir prejudicado diretamente por uma feira livre na porta de sua casa; com os feirantes e toda uma gama de situações possíveis; com os comerciantes clandestinos, sabendo-se lá quem são e de onde são; e com toda sorte de gente passando, ficando ou se interessando por aquela atividade.

O fiscal nunca sabe ao certo o que encontrará durante sua jornada diária. É claro que passados todos esses anos, hoje o fiscal já tem a ideia de que pode se deparar com várias situações já vividas por ele mesmo ou por algum colega, para as quais ele terá alguma experiência e, por isso, conseguirá dar o encaminhamento necessário. Todavia, sempre somos surpreendidos por algo ainda não vivido. Ou por algo já vivenciado, mas que cujos desdobramentos culminam em situações imprevistas. Há não muito tempo, no último dia de certo ano, estando trabalhando a noite, confesso contrariado dado as circunstâncias, fui afrontado por um cidadão que tinha colocado seu veículo particular num local impróprio. Ao informá-lo que naquele lugar não seria possível deixar o carro, fui xingado, ameaçado e quase



agredido, o que só não aconteceu porque mantive a calma. Na verdade a situação foi tão inesperada que fiquei sem reação.

Nos últimos quatro anos (2013/2016), ampliou-se em muito o índice de comerciantes irregulares nas feiras livres e o enfrentamento tem sido sério, inclusive com várias situações de risco, ameaça de morte, pessoas até mesmo armadas claramente desconsiderando a proibição e a presença dos fiscais. Infelizmente, na proporção do aumento dessa incidência, foi diminuído o apoio necessário ao trabalho dos fiscais, indo dos coordenadores até o Prefeito Municipal, passando pela Polícia Militar. Tudo é claro, fruto da crise econômica pela qual o país passa em que o índice de desemprego cresceu enormemente, mas, sobretudo, por uma gestão equivocada e desatenciosa quanto a esta questão. De forma que hoje o fiscal olha para uma feira livre até mesmo com receio de sua integridade física.

Mas isso nem sempre foi assim, pelo menos não com essa dimensão, e não o é sobre nenhuma comparação no caso da relação com os feirantes. Sempre quando cheguei ou chego a uma feira, em qualquer horário que seja (e isso já aconteceu nos mais variados momentos por força da dinâmica do setor), fui e sou bem recebido pelos feirantes independente da época ou das circunstâncias. Existe um respeito natural, é claro, forçado pelo caráter institucional da relação, mas penso que exista no meu caso específico, um respeito para além desta formalidade, que entendo ser de ordem pessoal pela conduta que procurei adotar desde sempre. Falo isso porque, mesmo aqueles feirantes que se julgam na condição de terem comigo uma relação mais aprofundada que lhes dê o direito de fazerem alguma brincadeira ou algum comentário mais espirituoso, o fazem sempre com alguma cautela. Percebo uma preocupação de não exagerarem e isso não é muito diferente para com os demais fiscais, segundo testemunho.

De resto, sempre quando inicio os trabalhos os feirantes me recebem com o “bom dia”, “boa tarde”, “boa noite” tradicional na nossa cultura. Também o não menos cultural “como tem passado? ”, mesmo aqueles que me viram no dia anterior, o que é curioso pra mim! Muitos fazem questão do aperto de mãos. As brincadeiras que ouço, geralmente são relacionadas ao meu time de preferência que perdeu ou ganhou o último jogo; a alguma situação específica que vivenciei e que eles ficam sabendo; as condições de trabalho a que sou submetido como, por exemplo, quando vou a uma feira na madrugada ainda ou quando trabalho nos feriados.

Muitos são bem amáveis! Oferecem-me café e alguma guloseima, preocupam-se com minha saúde, como recentemente em que tive um problema mais sério que me fez emagrecer consideravelmente e a trabalhar com alguma dificuldade. Mostraram-se preocupados, alguns sugeriram que eu fosse pra casa, se dispondo inclusive a me levar e procuraram acompanhar com notícias a evolução da minha melhora.

Por isso, uma feira livre para o fiscal também é um local de positivities quando o olhar se volta para a relação com os feirantes. Se dos moradores, frequentadores e especuladores nas feiras livres o fiscal não pode esperar amenidades e respeito (ainda que isso exista), dos feirantes tais questões parecem ser condições básicas para o próprio exercício de ambas as funções. Percebe-se aqui que o fator tempo de convivência é algo determinante pois, para além da consideração institucionalizada a relação evolui quase que necessariamente, talvez não para amizades (podendo até acontecer), mas certamente para um coleguismo nos moldes do que acontece em qualquer local de trabalho onde os integrantes convivam por longo período. O fiscal e o feirante são colegas de trabalho.

O feirante ideal, então, para o fiscal, seria aquele que se comporta como um colega de trabalho: ele cumpre seu papel de modo a não prejudicar o papel do outro colega, neste caso, o fiscal, e ambos se respeitam. Essa relação de respeito tem sido uma marca nessa minha trajetória e sei que na dos demais fiscais. A expectativa que um fiscal tem quando chega numa feira é de que será no mínimo respeitado, não necessariamente que tudo se cumpra a risca conforme a legislação. Aliás, o fiscal não espera que 100% das determinações sejam cumpridas, mas conta com a deferência do feirante frente a sua posição.

Na prática do dia a dia então, revela que o Estado, através dos fiscais, admite que certas não conformidades aconteçam, desde que não se percam o respeito e o controle de tudo. Procuro explicar na sequência como vejo que esse “jogo” acontece, voltando mais adiante na questão estatal.

## 4. CAPÍTULO II – Da Sociabilidade

### 4.1 Contradições paradigmáticas

Toda essa dinâmica entre fiscais e feirantes no ambiente específico de trabalho é reveladora de um paradoxo com o espaço urbano em si, pois indica uma quebra de paradigma do mundo moderno e urbanizado, que pressupõe certa frieza entre os concidadãos, certo afastamento e evitação entre as pessoas como marca da contemporaneidade. A urbanização, percebida mais fortemente a partir da metade do século XIX, garantiu à grande cidade o lugar ideal para a apreensão da sociedade moderna e instigou autores a se debruçarem em analisar as sociedades complexas, tendo como locus os grandes centros, cujo foco foram as cidades como espaço heterogêneo, de constantes mudanças sociais e de reunião de várias pequenas sociedades.

Autores como Georg Simmel (1858 – 1918), que buscou descrever a vida mental nos espaços urbanos, não somente o urbano como unidade de pesquisa, que possui características próprias, mas também a mentalidade dos homens nas suas interações. Simmel indica que nas cidades as relações são objetivadas, com uma mentalidade individualista, e isso gera indiferença e impessoalidade. Fala de uma atitude blasé em que os laços sociais se alargam à medida que a cultura e a mentalidade moderna abstraem-se e objetivam-se. O indivíduo é indolente às mudanças, aos novos conceitos. Nada o afeta muito.

“Os mesmos fatores que assim redundaram na exatidão e precisão minuciosa da forma de vida redundaram também em uma estrutura da mais alta impessoalidade; por outro lado, promoveram uma subjetividade altamente pessoal. Não há talvez fenômeno psíquico que tenha sido tão incondicionalmente reservado à metrópole quanto a atitude ‘blasé’. A atitude blasé resulta em primeiro lugar dos estímulos contrastantes que, em rápidas mudanças e compressão concentrada, são impostos aos nervos. Disto também parece originalmente jorrar a intensificação da intelectualidade metropolitana. (...) Uma vida em perseguição desregrada ao prazer torna uma pessoa blasé porque agita os nervos até seu ponto de mais forte reatividade por um tempo tão longo que eles finalmente param de reagir. (...) Surge assim a incapacidade de reagir a novas sensações com a energia apropriada. Isto constitui aquela atitude blasé que, na verdade, toda criança metropolitana demonstra quando comparada com crianças de meios mais tranqüilos e menos sujeitos a mudanças.” (SIMMEL, 1987, p.16)

Ainda que a liberdade individual seja uma conquista, chegando a ser um valor existencial do homem moderno, segundo Simmel, há o perigo da perda da capacidade crítica sobre as condições de vida dos indivíduos e sua cultura, e há também um quê de insatisfação e infelicidade na vida moderna, instrumentalizada e objetivada pelo dinheiro. À medida que os

grilhões tradicionais fragmentam-se o dinheiro surge como a estrutura de mediação mais diligente, de maior abstração e objetivação para essa liberdade das impessoalidades e indiferenças que geram novas formas de organização social e de seu ordenamento. Não somente o dinheiro em si, mas Simmel fala de um “Espírito Contábil” nas questões utilitárias do dia a dia, em que os relacionamentos são com base nos ganhos ou perdas que se pode ter. Relacionamento através de categorias, que se dão para satisfação de necessidades dos indivíduos, quando o outro é categorizado, não importando quem seja, mas sim sua representação ou o que ele pode agregar ou não.

“As correntes da cultura moderna deságuam em duas direções aparentemente opostas: por um lado, na nivelção e compensação, no estabelecimento de círculos sociais cada vez mais abrangentes por meio de ligações com o mais remoto sob condições iguais; por outro, no destaque do mais individual, na independência da pessoa, na autonomia da formação dela. E ambas as direções são transportadas pela economia do dinheiro que possibilita, por um lado, um interesse comum, um meio de relacionamento e de comunicação totalmente universal e efetivo no mesmo nível e em todos os lugares à personalidade, por outro lado, uma reserva maximizada, permitindo a individualização e a liberdade.” (SIMMEL, 1998a, p.28- 29)

A circulação dos bens e serviços se dão a partir do conceito de interesse. O indivíduo moderno não consegue mais pensar no que circula na sociedade sem partir dessa noção. Ou seja, todas as ações estão permeadas por interesse. Os negócios no contexto deste paradigma são pontuais, dando-se preferência aos valores pessoais, ou os fins que se quer, ou necessidades e paixões individuais. O indivíduo age de acordo com seus interesses e é o único a saber quais são.

Nesse agir racionalizado o indivíduo busca maximizar o benefício e minimizar o custo. Não precisa haver virtude, o indivíduo se vê liberado de relações sociais indesejadas, sem impedir o que se deseja do outro. Há a facilidade de sair de uma relação que não se aprecia. Esta liberdade está fundada na quitação imediata de toda e qualquer dívida, pois cada troca é completa em si mesma, é pontual e não compromete o futuro, pois não cria um princípio de obrigações entre indivíduos.

Assim, a vida na cidade pressupõe uma esquivamento mútuo, pois permite um afastamento necessário. No entanto, esta liberdade individual que sugere até mesmo um isolamento, no meio urbano redundando em relações frágeis, passageiras, que acarreta também exploração, injustiça e exclusão. O indivíduo transita livremente, com um controle social

reduzido, mas percebe-se que ninguém está interessado na vida de ninguém. É um paradoxo, pois, em meio a tantas pessoas no meio urbano, os sujeitos se veem sós.

Outro autor, Louis Wirth (1897 – 1952), também considerando sobre o mundo moderno, olha para as cidades a partir dos conceitos como quantidade, densidade, permanência da população e a heterogeneidade dos habitantes. Para Wirth, as relações são pensadas como frutos de condicionantes que não estão ligados às características dos fenômenos urbanos como tal, mas como processos maiores: como o capitalismo. O modo de vida nas sociedades complexas é tipicamente urbano, num complexo de caracteres que o formam. O urbano é marcado pelo grande número de pessoas que habitam as cidades, mas não somente isso, pois o que o influencia não está somente em suas fronteiras, uma vez que os meios de comunicação ou uso de tecnologias e as relações modernas promovem interações inimagináveis com outros centros e outras culturas.

As cidades se apresentam em alto grau de diversidade com diferentes estilos de vida, e a convivência com todos eles ou a passagem de um para outro é sempre muito abrupta. Nas cidades passa-se pelos condomínios fechados de alto luxo e pelos bairros periféricos, ou mesmo, favelas, sem estruturas básicas de saneamento; pelos templos evangélicos, católicos, góticos, terreiros etc., assim como convive-se com a racionalidade daqueles que optam pela não religião; passa-se por lojas de cadeias multinacionais, da mesma forma que se pode valer-se de um vendedor de produtos pirateados na esquina. Tudo impacta a forma de se conceber os espaços urbanos.

A cidade tem sido, dessa forma, o cadinho das raças, dos povos e das culturas e o mais favorável campo de criação de novos híbridos biológicos e culturais. Reuniu povos dos confins da terra porque eles são diferentes e, por isso, úteis uns aos outros e não porque sejam homogêneos e de mesma mentalidade. (p. 98)

O autor também aponta para a densidade nas cidades, ou para o grande número de pessoas vivendo densamente num espaço reduzido, muitas vezes em competição. A densidade em grande medida favorece a distinção social e os grandes contrastes urbanos, sejam econômicos, sociais ou culturais, o que pode potencializar as tensões.

Wirth, como Simmel, também fala de um estilo de vida urbano marcado pela impessoalidade, sendo que as relações não se dão com a pessoa como um todo, mas sempre

pelo viés do interesse, o que remonta ao Espírito Contábil. A interação num núcleo relativamente grande, denso e permanente de indivíduos socialmente heterogêneos, modifica a forma das relações sociais, que tendem a ser efêmeras, rasas, fragmentadas e restritas.

Ora, refletindo sobre minha caminhada com os feirantes em Uberlândia, percebo que o espaço relacional da feira livre acaba quebrando a frieza que a modernidade e o urbano impõe e a própria impessoalidade exigida entre as funções: ser feirante no contato direto com o ser fiscal. Por isso, entendo que nunca me senti muito à vontade ao ter que corrigir um feirante (advertindo, notificando, autuando), justamente pelos termos dessa sociabilidade que vem a ser de aproximação e não de afastamento, de personificação do outro e não de perceber o outro na qualidade de uma simples função social, ou de uma categoria.

De início, quando a relação não era tão amadurecida, creio que a dificuldade estava mais na questão de ser eu um jovem tendo que disciplinar alguém mais velho, quase sempre acompanhado do seu cônjuge. Ou seja, um casal de trabalhadores já adultos sendo corrigidos por uma pessoa desconhecida e ainda bem mais jovem que eles. Isso por si só traz certo desconforto. Também, porque sempre achei que chegar ao expediente de uma notificação escrita em praticamente todas as possibilidades da legislação era algo sem sentido. Hoje entendo que paralelamente a toda essa preocupação de se regulamentar e fazer valer os regulamentos, acaba surgindo moralidades e formas específicas de relacionamento justamente pelos termos da dinâmica em que fiscais e feirantes são submetidos.

Sempre pra mim foi estranho ter que corrigir qualquer feirante por algumas coisas que, na minha concepção, trata-se de questões que beneficiam o evento feira livre como um todo e ao próprio feirante. Por exemplo: um feirante que deliberadamente não coloca a cobertura da banca (que tem a finalidade de proteger as mercadorias e também cumpre uma padronização visual) está prejudicando a si mesmo. Por isso nunca vi sentido em ter que advertir alguém por isso, ou por não usar o uniforme padrão, ou por chegar atrasado repetidas vezes. Ou seja, chegar atrasado, não usar o uniforme ou não colocar a cobertura prejudica o empreendimento do próprio feirante, já que os clientes dão preferência a quem se organiza melhor. Assim, ter que advertir alguém que é resistente ao óbvio, sempre me foi penoso. E depois a dificuldade se dá também em razão de que o simples diálogo e a orientação podem resolver basicamente todas as questões sem que o fiscal perca a autoridade que carrega. Entretanto, muitas vezes é necessário punir os desviantes até para que sirva de exemplo aos demais, para que outros não

se arvorem em querer descumprir as regras. E também porque em várias situações o fiscal é direcionado pelos coordenadores a aplicar alguma sanção em determinado feirante, não tendo, portanto, o fiscal como agir de outra forma. E ainda tem as poucas vezes em que um fiscal se sentiu desacatado, perdendo-se então o respeito e sendo necessárias as punições.

Mas, via de regra, chegar ao expediente de uma notificação ou autuação sempre para mim foi algo difícil, talvez desnecessário e muitas vezes constrangedor, justamente porque não reina a impessoalidade e sim a pessoalidade, sendo que aquilo que é característico de cada um se faz conhecido. A relação do fiscal com o feirante está longe de ser passageira ou rasa ou meramente interesseira como pressupõe o espaço urbano. O episódio de uma notificação, nas feiras de Uberlândia, não relaciona meramente de um fiscal (categoria) com um feirante (categoria) sobre algo pontual. Trata-se do “fiscal fulano”, mais do que conhecido e qualificado, com o feirante “Zé Lucas”, ou do “Ronaldo Pasteleiro”, ou a “Dona Maria das Bananas”. Sabe-se os sobrenomes e os apelidos. Sabe-se quem tem filhos, quem está separado ou no segundo casamento. Enfim, os personagens na ocorrência são conhecidos e próximos.

Aqui cabe bem o trabalho de Foote Whyte (1914 – 2000) que faz um contraponto com as concepções que foram apresentadas sobre a mentalidade no espaço urbano. O autor propõe observar que, mesmo no reino da impessoalidade, existem nas cidades (sociedades complexas), fortes relações pessoais, que dão sentido à vida dos sujeitos. Com isso não cabe generalizar a questão do anonimato e da própria densidade, pois existem pequenas comunidades que promovem uma resistência a isso.

Whyte parte de uma ideia de rede, de forma que um grupo social busca no outro a sua complementaridade. Tais grupos no meio urbano não são completamente dissociados, antes são interligados, e estas relações são significativas para a vida em sociedade. Elas se dão pelo viés da dependência e da reciprocidade. Criam um compromisso moral, com vínculos duradouros o que se opõe diretamente ao Espírito Contábil. Pode ser visto mesmo como uma crítica ao paradigma economicista, pois formula teorias que falam mais da sociedade do que do indivíduo. No caso, o autor busca o rompimento do isolamento do indivíduo, situando-o no contexto social, reintroduzindo a dimensão moral. A vida social não é feita somente da circulação de coisas e práticas segundo a lógica do cálculo, mas sim de pessoas em suas relações sociais, necessariamente culturais e simbólicas; envolvem tanto interesse de ganho, quanto desinteresse.

Nesta perspectiva, os aspectos da obrigação e do interesse que motivam as relações e as trocas, conquanto estejam presentes, não aparecem claramente em primeiro plano. Ao contrário, boa parte se dá em manifestação ao valor do outro, sobretudo evidenciando a importância do laço social, inserindo seus agentes na rede de sua coletividade. As reciprocidades ocorrem entre sujeitos que agem de maneira deliberada e se lançam nas relações concretas. Para o autor, as pessoas dependem da teia de relações e das muitas doações e concessões que fazem a vida cotidiana, especialmente dos vínculos que estão muito além dos contatos, espalhados em diferentes espaços e tempos.

Por isso, agora, passados muitos anos de trabalho nas feiras livres, corrigir alguém que se tornou um colega, que já te falou de alguma intimidade, que já te pediu algum conselho ou favor para além dos assuntos próprios do trabalho, que torce por seu time (ou para o rival e as conversas em função disso são longas), que já discutiu a política local/nacional com você, que já se interessou pelos seus filhos, que já tomou uma Coca-Cola 2 litros juntos, que já passou por vários temporais em que todos se molharam e ajudaram a segurar as bancas para que o vento forte não as levasse, que já te convidou para o casamento da sua filha, que já foi pescar com você, é algo totalmente difícil, não fossem, diria, duas moralidades de fundo: o respeito e o mérito/demérito.

Em 2015 tive que advertir por escrito um feirante que numa determinada feira (só naquela) insistia em não colocar a cobertura da banca, sob a alegação de que ele chegava muito tarde e, por se tratar de uma feira noturna não achava necessário o uso. Ocorre que, como já foi dito, a lona na banca cumpre também um papel visual pela padronização estabelecida. Todos os demais feirantes naquela feira montam seus equipamentos dentro do padrão estabelecido, menos esse em questão. Ou seja, a situação estava posta: o feirante claramente descumprindo uma determinação e os fiscais não sendo proativos na resolução do problema. E por que isto estava acontecendo? Certamente porque tratava-se de uma pessoa extremamente cativante, falante, brincalhão e, porque não, colega/quase amigo dos fiscais. Os fiscais acabam cedendo ou não da aplicação mais ou menos rigorosa dos dispositivos legais, muito em razão do nível de aproximação que cada um tem com cada feirante. Mas a situação precisava ser resolvida. O interessante era que eu, os demais fiscais, o feirante em questão e os demais feirantes daquela feira sabiam disso. Era só uma questão de tempo. Assim, certa feita, uma vez que iria até a feira, decidi que notificaria o feirante caso o descumprimento estivesse se repetindo. Por trás dessa decisão estava o sentimento de que o feirante estava me desrespeitando procedendo daquela



forma. Ainda que seja uma questão secundária (pois não colocar a lona é diferente, por exemplo, de expor uma mercadoria estragada), existe o fato do descumprimento da lei que se traduz no desrespeito ao fiscal que tem a missão de aplicar a lei. Ou seja, em primeiro plano está a moralidade do respeito que se deve ter para a continuidade da positividade da relação entre as partes envolvidas: feirantes e fiscais.

Num momento posterior, fui destacado para corrigir alguns feirantes que estavam montando seus equipamentos muito antes do horário permitido em certa feira livre da cidade. Os feirantes não podem fechar o trânsito da rua em que a feira funciona antes da hora regulamentar, sob pena de sanções pela Secretaria de Trânsito. E esse problema chegou na forma de denúncia de moradores, o que força uma tomada de posição rápida por parte dos gestores. Ao ser escalado para tal tarefa sabia das dificuldades que enfrentaria, pois eu não teria muita margem de interpretação já que era uma ordem superior (motivada por denúncia) para advertir por escrito os infratores. Ocorre que os infratores (sabia eu) eram pessoas também que guardam comigo aproximação de afinidade, por isso me foi custoso chegar lá e proceder as notificações necessárias.

Digno de nota, porém, é que nas duas situações apresentadas, a despeito da dificuldade natural de se punir alguém que está na condição de ser seu colega/amigo de trabalho, existe a moralidade do respeito (que está sendo quebrado) que amortece o impacto também natural de uma disciplina quando é aplicada. Dizendo de outra forma: o feirante entende e aceita que o fiscal cumpra o seu papel disciplinador, mesmo que isso seja contra ele. Ou seja, quando o feirante está em desacordo ele se vê como um desviante e espera pela aplicabilidade da lei. Muito mais ainda quando os olhos se voltam para os não desviantes em cada situação específica. Estes, na condição de não infratores, esperam que o fiscal haja nos rigores da lei, dando luz aqui à outra moralidade - a do mérito/demérito – que será abordada na sequência deste trabalho.

Por ora, destaca-se a dimensão moral em que estão envolvidos fiscais e feirantes, numa clara quebra do paradigma moderno do distanciamento, da evitação, da impessoalidade. A dimensão moral implica em dever, não como imposição externa, mas sim interiorizada, quando feirantes e fiscais criam limites de suas ações em consideração ao outro. Feirantes respeitam os fiscais muito pelo apreço que tem por eles, e fiscais atenuam as formas punitivas para com determinados feirantes, senão todos, justamente porque os têm como colegas de trabalho,

preferindo então seguir com diálogos e orientações até o máximo de tempo possível de que uma determinada infração praticada tenha que ser corrigida.

Não me aventuraria em dizer que a relação fiscal x feirantes se aproxima do que descreveu Marcel Mauss na sua teoria sobre a dádiva, quando procurou demonstrar que os fenômenos do Estado e do mercado não são universais e que é possível observar, nas sociedades complexas, a presença constante de um sistema de reciprocidades de caráter interpessoal, sendo que as coisas que circulam (as trocas) muitas vezes acarretam um “vínculo de alma” de forma que, o que é dado carrega parte do doador. Conforme este autor a dádiva não refere apenas a momentos isolados ou somente trocas pontuais como de bens ou serviços, mas também nas questões corriqueiras como os sorrisos, as gentilezas, as palavras, hospitalidades, presentes, serviços gratuitos, dentre muitos outros.

Não me parece que a ideia de “vínculo de alma” se aplique bem ao que ocorre entre fiscais e feirantes, posto que isso seja bem próprio de amigos mesmos, ou seja, quando alguém presenteia um amigo, de acordo com Mauss, aquele presente de fato carrega parte daquele amigo e faz nascer um *continuum* de interrelações motivadas pela circulação do “espírito da coisa dada”, que resulta na tripla obrigação de dar, receber e retribuir. Entre feirantes e fiscais, as amenidades, concessões, descontos, gratuidades, talvez não se configurem como dádivas na acepção do autor ora mencionado, mas certamente estão longe da forma bipartida do mercado, que funciona pela correspondência dar/pagar.

Um fiscal quando compra uma mercadoria na feira e recebe um desconto especial, ou quando tem uma gratuidade numa banca de pastel, por exemplo, em tese estará envolvido num jogo de interesse, mas eu mesmo poderia dar inúmeros exemplos de feirantes que conseguem não fazer conta do valor monetário decorrente e que não usam deste artifício como uma forma de corrupção. Digo isso por experiência própria nas muitas vezes que acabei tendo que advertir/notificar/multar feirantes que já me fizeram algum tipo de “agrado”.

Certa feita, chegando para conversar com um feirante em sua banca, coincidiu de minha mãe estar ali fazendo compras (isso nunca tinha acontecido). Ao revelar a ele quem era aquela senhora, ele prontamente disse: “Então não vou nem cobrar!”, e de fato não cobrou. Entendi como um presente para fortalecimento da relação amistosa que temos, considerando o feirante em si, alguém que respeito por suas posições profissionais, políticas e pessoais, dado que já

desenvolvemos conversas sobre essas esferas, sendo ele um feirante diferenciado, com curso superior e que deixou uma boa colocação em empresa privada para empreender conscientemente na feira livre.

Ainda que interesses estejam circunscrevendo esse tipo de situação, reflito que eles não estão em primeiro plano. A primeira intenção é da aproximação, do envolvimento, da camaradagem. Da mesma forma quando um fiscal não pune o feirante atrasado, ou que tenha esquecido o jaleco (desde que não sejam coisas contumazes) não o faz por pura negligência ou por conveniência, faz por consideração a alguém que é próximo dele.

Destaco abaixo algumas respostas sobre a pergunta “para você como é o fiscal ideal”, colhidas de feirantes durante entrevistas formais:

“É aquele que tem convivência com o feirante. Que se coloca como amigo. Que antes de buscar o problema do feirante, deve dialogar para depois aplicar a lei conforme ela está escrita. Deve agir primeiramente com dialogo.”

“No início era uma relação péssima – mas a partir de que tive mais envolvimento com os fiscais, hoje tenho como ótima até porque sem a fiscalização não há como ter este tipo de comércio.”

“Fiscal é aquele que é amigo. Que transmite que é correto. Que está para fazer o seu trabalho e para ajudar o feirante a resolver o dele. Que orienta. Deve ser justo e companheiro. Mas não se pode confundir trabalho com amizade.”

“É aquele que tem autonomia para poder dar solução imediata para os problemas. Deve ser sério, justo, acessível para conversa. Minha relação com os fiscais é ótima. Pessoalmente tento cumprir todas as normas e isso ajuda na relação.

“É uma relação boa. Trata bem e é tratado bem. O fiscal deve estar mais para orientar do que um cobrador de regras. Se pautar pelo diálogo. Também não pode ser condescendente com aquilo que precisa ser exigido. É uma relação de respeito. Talvez até uma amizade desde que não prejudique o trabalho de ambos.”

## **4.2 Estado e Sociabilidade**

Assumindo que a relação entre feirantes e fiscais seja carregada de apreços e respeito, volto a considerar sobre os aspectos deterministas sempre presentes nas legislações e, que a Lei 10.702/2011 não avançou em novidades ou numa nova forma de se pensar a relação Poder Público versus feirantes. Pode-se questionar o próprio termo “feira livre” quando se olha para o Sistema de Feiras livres do Município de Uberlândia e defronta-se com tantos regulamentos,

diretrizes e tanta fiscalização para conferir se as diretrizes são levadas em bom termo. Hoje percebo que, mesmo que haja uma preocupação pela condução através do diálogo e do entendimento, a gestão pública se vale de uma racionalidade de poder na forma de garanti-lo caso seja necessário. Em outras palavras, o diálogo é buscado, mas a legislação mantém o poder de coerção unilateral. E esta concepção faz parte do ideário dos gestores quando formulam regulamentos. E eu não fugi a esta regra. Com certeza à época da elaboração da Lei 10.702/11, pela cultura adquirida até então, até mesmo pelo pouco tempo que se tinha para propô-la, discuti-la e efetivá-la, também pelos interesses e pressões que circunscreviam aquele momento, a Comissão, mesmo que plural, não dispunha de condições para pelo menos propor romper com esta lógica. Manteve-se, então, o caráter garantidor do poder decisório do Estado. Por que isso?

Recorro a filósofo francês Michel Foucault (1926 – 1984) para jogar luz sobre esta matéria. Foucault debruçou-se sobre o tema “poder” passando a discutir sua genealogia, ou, em como o poder se configura nas sociedades modernas, tentando explicar o porquê ele se apresenta da forma como se evidencia hoje e não de outra forma. Ele buscou fazer uma ciência de nós mesmos, querendo entender porque o homem moderno é quem é e da forma que é. Sobretudo, descobrir porque o poder moderno constitui-se em algo novo e o que o diferencia. Foucault estava interessado no poder enquanto elemento capaz de explicar como se produzem os saberes e como o homem vai se constituindo.

Ele faz um contraponto entre poder o anterior, o poder do Soberano, com o poder disciplinar. Embora este seja próprio da Modernidade é identificado seu nascedouro ainda na monarquia absolutista, sendo que, ali, apresenta-se de maneira silenciosa, sutil, não revelado publicamente, mas surgindo de forma insidiosa, quase imperceptível, no entanto, conforme o autor, o poder disciplinar vai formatando a nova sociedade.

Interessante é pensar que a nova sociedade, a Moderna, se constituiu sobre os fundamentos do Estado Moderno: três poderes distintos - direitos civis - direitos políticos - discurso da liberdade e da igualdade, etc. Mas, segundo Foucault, existe uma história não contada sobre a disciplina, história essa que pode ser narrada a partir das escolas, das fábricas, dos asilos, dos quartéis e das instituições como um todo. Paralelo ao poder soberano do Rei existiu o poder disciplinar, cuja novidade foi a de fabricar indivíduos. Antes, o Rei devia ser exaltado e evidenciado de todas as formas. Somente o Rei era personalizado. Os súditos eram uma massa descaracterizada. O indivíduo, ou a pessoa, era como que uma abstração. Mas nada

sobrevive sendo uma abstração. Por isso o indivíduo foi sendo produzido, até porque essa era uma exigência para o liberalismo: a fabricação de um tipo de homem necessário ao bom funcionamento da economia capitalista.

Foucault indicou que apareceram, a partir do século XVII, tecnologias de poder que centralizadas nos corpos dos sujeitos, acarretaram consequências profundas e duradouras no domínio macro político, especialmente no que diz respeito à solidificação do Estado liberal, que é o Estado Moderno. Tais técnicas de poder são a disciplinarização dos corpos. Então, para Foucault o indivíduo pretendido não foi adestrado ideologicamente, mas sim pelo corpo, através de disciplinas que trabalham diretamente os corpos, manipulando seus gestos e comportamentos, formando-os, adestrando-os.

O poder disciplinar (...) organiza-se assim como um poder múltiplo, automático e anônimo; pois se é verdade que a vigilância repousa sobre indivíduos, seu funcionamento é de uma rede relações de alto a baixo, mas também até um certo ponto de baixo para cima e lateralmente; essa rede 'sustenta' o conjunto, e o perpassa de efeitos de poder que se apoiam uns sobre os outros: fiscais perpetuamente fiscalizados. O poder na vigilância hierarquizada das disciplinas não se detém como uma coisa, não se transfere como uma propriedade; funciona como uma máquina. E se é verdade que sua organização piramidal lhe dá um 'chefe', é o aparelho inteiro que produz 'poder' e distribui os indivíduos nesse campo permanente e contínuo (FOUCAULT, 1977, p.158)

Foucault apresenta que isso se deu através de mecanismos de vigilância que mudaram a forma de se olhar para o indivíduo. A própria arquitetura dos prédios foi se transformando, a exemplo dos acampamentos militares, de modo que escolas, hospitais, fábricas e outros locais, passaram a ter a configuração de uma prisão. Também por normas instituídas que, diferentemente das leis, tendem a classificar os indivíduos em graus de normalidade. Para Foucault as condutas se expressam mais pelas normas do que pela Lei. Nesse sentido, a disciplina opera nos vazios deixados pela Lei, já que ela não legisla sobre tudo. A norma cria penalidades anteriores às leis, e são estabelecidas por um sistema de recompensas e punições, e isso disciplina os corpos, pois estabelece parâmetros para comparação, diferenciação, hierarquização, homogeneização e até exclusão dos indivíduos.

“a arte de punir, no regime do poder disciplinar, não visa nem à expiação, nem mesmo exatamente à repressão. Põe em funcionamento cinco operações bem distintas: relacionar os atos, os desempenhos, os comportamentos singulares a um conjunto, que é ao mesmo tempo campo de comparação, espaço de diferenciação e princípio de uma regra a seguir. Diferenciar os indivíduos em relação uns aos outros e em função dessa regra de conjunto - que se deve fazer funcionar como base mínima, como média a respeitar ou como o ótimo de que se deve chegar perto. Medir em termos quantitativos

e hierarquizar em termos de valor as capacidades, o nível, a 'natureza' dos indivíduos. Fazer funcionar, através dessa medida 'valorizadora', a coação de uma conformidade a realizar. Enfim traçar o limite que definirá a diferença em relação a todas as diferenças, a fronteira externa do anormal. A penalidade perpétua que atravessa todos os pontos e controla todos os instantes das instituições disciplinares compara, diferencia, hierarquiza, homogeneiza, exclui. Em uma palavra, normaliza (FOUCAULT, 1977, p.163).

Assim, os indivíduos começaram a tender para a lógica de diminuir a dor, que seriam as punições, e aumentarem o prazer, no caso, as recompensas. O que é bem alinhado com o pensamento liberal, uma lógica utilitarista. Esta funcionalidade Foucault detecta na própria arquitetura panóptica, alegando que ela representou uma virada na sociedade não pela sua beleza, mas por sua operacionalidade. No panóptico há uma diferenciação entre ver o ser visto, e o aparelho para a distinção se dava pela arquitetura. Foucault diz que o panóptico produz um funcionamento automático do poder, pois a sensação de se sentir vigiado é suficiente para o sucesso. Sendo automático, ele automatiza e despersonaliza quem exerce o poder. Cria-se, então, uma sujeição real a partir de algo não concreto.

A domesticação dos corpos resulta em rotinas que vão sendo cada vez mais introjetadas, e é dessa dinâmica que vai fazer nascer um novo homem docilizado. Por isso, Foucault assevera que nada foi ao acaso, houve um projeto de se criar um homem capaz de cumprir rotinas cada vez mais produtivas, em prol das necessidades capitalistas que emergiam.

A figura política que se assentava no Rei não era propícia ao capitalismo, pois as relações eram altamente ritualizadas, ou seja, era necessário se romper com a tecnologia política de até então. Assim, para Foucault, a sociedade disciplinar se ajusta na dimensão econômica, sendo o poder algo que produz. Também na dimensão jurídica, mas não no direito que estabelece laços contratuais, e sim nos laços privados estabelecidos entre observados e observadores. E ainda na dimensão científica, pois o poder fomenta o saber e vice-versa.

Foucault, ao fazer a genealogia do poder, identifica que na gênese do poder disciplinar está o Poder Pastoral, que possui a característica de empreender um processo de individualização dos sujeitos. Apesar de o tema pastor estar presente noutros tempos e religiões, é no catolicismo que ele se desenvolve e enriquece, além de ser institucionalizado nos mosteiros. Para Foucault o Poder Pastoral oferece um pano de fundo histórico da governamentalidade moderna, pois na relação com o pastor existe uma subjetividade que será

a premissa da subjetividade moderna. O Poder Pastoral possui uma ótica individualizante a partir de uma sutil economia com base no mérito e no demérito. O objetivo por trás está em anular a vontade do indivíduo e de dirigir-lhe a consciência. Foucault descobre que a obediência nunca se finda, nem a relação de dependência. Antes, cria-se um vínculo generalizado de subordinação.

Mas no poder pastoral também há uma ótica de totalização. Um rebanho não é simplesmente o plural de ovelhas. Para que exista um rebanho, as ovelhas devem formar um conjunto. O pastor é aquele que as reúne e que vela por todas elas. Logo, para a existência de um rebanho, a presença do pastor é imprescindível.

Com isso, chega-se a uma terceira matriz proposta por Foucault juntamente com a soberania e a disciplina, que é o biopoder, identificado por um ser um poder que se aplica à vida dos indivíduos, isto é, aos corpos, naquilo que eles têm em comum: a vida, o pertencimento a uma espécie.

A semelhança do o poder disciplinar com o poder pastoral está em também ter características individualizantes e totalizantes. Indivíduo e massa serão as duas unidades sobre as quais esse tipo de poder irá incidir na modernidade. E é essa racionalidade o foco para Foucault: o exercício do poder – a governabilidade moderna. A população é o novo conceito que se constrói para dar conta de uma dimensão coletiva que até então não havia sido uma problemática no campo dos saberes.

O governo moderno se vale de uma tecnologia interessante, quando trata a imensa maioria dos homens como rebanho, com o pulso de um pastor. Esta governamentalidade irá se desenvolver como uma razão de Estado e terá como princípio não o fortalecimento do monarca, mas o fortalecimento do próprio Estado, sendo o aspecto mais importante da governamentalidade é o fato de se dirigir a cidadãos “livres”. No entanto, este dirigir nada mais é que “conduzir condutas”, pela multiplicação de instituições e prescrições destinadas a tornar os cidadãos mais confiáveis, mais controláveis, mais previsíveis. Ou seja, liberdade no campo privado, mas normalidade pública. Na verdade uma governamentalização da vida.

É no jogo entre população e indivíduo, entre regulação e disciplina, por assim dizer, que são engendradas práticas sociais, configurando e reconfigurando instituições na imanência dessas mesmas práticas sociais que têm na governamentalização do Estado

seu ancoradouro e, paralelamente, seu escoamento, uma vez que a própria governamentalidade é a um só tempo, interior e exterior ao Estado.

A problemática da governamentalidade assinala a entrada da questão do Estado no campo da análise política dos micropoderes, de modo que a gestão dos processos biossociológicos das massas humanas envolve os aparelhos do Estado, o que permite compreender a arte neoliberal de governar como forma de racionalidade própria dos dispositivos de regulação biopolítica no tempo presente. <http://www.cnmf.faced.ufu.br/>.

Considerando a minha institucionalidade em relação aos feirantes e às feiras de Uberlândia, sempre questioneei o termo “feira livre”. O feirante tem horário para chegar, para sair; deve utilizar somente de determinados tipos de material e de cores para seus equipamentos; deve montá-los de forma específica; deve vender somente certos grupos de produtos; deve ter moderação ao apregoar a mercadoria; deve tratar a todos com urbanidade; deve vestir-se de forma adequada; “manter rigorosa higiene pessoal com unhas cortadas, cabelos presos e uniformes limpos”; deve acatar as ordens da fiscalização; não pode tomar uma cerveja antes ou durante o expediente comercial. Enfim, é tudo muito coercitivo. Os feirantes são cercados de cuidados. E como se não bastasse a fiscalização diária, eles devem manter seus cadastros atualizados, inclusive com a renovação anual de atestados médico, criminal e de débitos.

Há claramente uma lógica de se conduzir a conduta dos feirantes, numa racionalidade de gestão do espaço e da concessão pública. Verifica-se que a rotina dos feirantes é automatizada pela sensação que os mesmos têm de que serão, a qualquer tempo, ou não, observados/vistoriados/fiscalizados pelo corpo de fiscalização que, no caso, é despersonalizado, ou seja, não se sabe e não importa de qual fiscal se trata, pois em primeiríssimo plano está a institucionalidade, ou seja, ainda que o fiscal seja um “colega”, caberá todo um comportamento respeitoso e prático nas respostas mínimas à legislação.

O feirante cumpre sua rotina sem muitos desvios e, quando eles acontecem, já está introjetada e aceita a lógica das punições, tanto que é comum um feirante acusar a irregularidade do outro e requerer a devida sanção, numa clara evidência da ideia de mérito e demérito, e da ideia da incorporação da disciplina em que o feirante se torna o autor da sua própria sujeição.

A disposição das bancas de forma alinhada favorece a observação, tanto daquele que fiscalizará, quanto de um feirante para com o outro. Em muitas situações o feirante não é nem fiscalizado, poder-se-á dizer que ele é mesmo vigiado, pajeado, pois o fiscal fica ali por horas,



de forma que ele não só tem que estar com tudo em conformidade como deve se manter assim. Na presença contínua do fiscal o feirante é docilizado, pouquíssimas vezes presenciei ou tive notícias de algum destempero por parte de qualquer feirante para com um colega ou algum consumidor, enquanto o fiscal estivesse por perto. Que dirá para com o próprio fiscal! Isso com certeza é muito propício ao “bom andamento das comercializações” dentro da proposta da legislação. É produtivo, como diria Foucault. Na condição de pajem o fiscal se assemelha ao pastor de ovelhas que vai conduzindo o rebanho durante a jornada diária. E o Poder Público assim também pode ser comparado no modo como vai administrando a relação de subordinação que estabelece aos feirantes.

Posso dizer então, com minha vivência, que qualquer feirante em Uberlândia é um profissional disciplinado, que pelo dicionário Michaelis trata-se do indivíduo: **1** Que se disciplinou ou que tem disciplina. **2** Sujeito a regras ou normas; regulado, ordenado. **3** Sujeito à disciplina; obediente, comedido. Sempre em minha presença e sei que na presença dos demais fiscais, os feirantes vão logo tratando de adequar tudo o que ainda não está em conformidade com a norma. Caso se tenha alguma dificuldade eles procuram antecipar a abordagem do fiscal dizendo que determinado quesito não poderá ser atendido por este ou aquele motivo, como quando não estão de uniforme porque esqueceram em casa, ou porque choveu e não secou. Enfim, cada determinação da lei vai sendo cumprida sem muitas variações, e as variantes normalmente são explicadas pelos feirantes e julgadas pelos fiscais passíveis de correção imediata ou não.

Toda essa rigidez própria da institucionalidade, faz sumariamente do ambiente das feiras um local de sisudezes, e da relação entre fiscais e feirantes, de fato, uma relação marcada pela necessidade de frieza e evitação. Mas como o fator tempo de convivência é determinante, necessário é quebrar toda essa lógica, para que feirantes e fiscais tenham condição de seguir com seus respectivos trabalhos. Como isso é possível?

Nos dois casos recentes que citei cabe ressaltar a conduta dos infratores e dos não infratores em cada situação. O primeiro, aquele em que o feirante insistia em não colocar a cobertura da banca, pela demora da ação dos fiscais, fez com que outro feirante em particular, bem como, seus funcionários, tratasse a questão com muita comicidade. Sempre quando chegava à feira, estando sozinho ou acompanhado de outro fiscal, ele logo começa a fazer menção da situação se dirigindo ora ao colega infrator, ora a nós fiscais, com frases do tipo: “É

hoje, fulano! De hoje não passa.” – e: “Como é que é fiscal, vai deixar barata essa situação? ”. Isso é revelador de uma lógica de que todo desvio precisa ser corrigido. No caso, pela forma como as reclamações eram feitas (com brincadeiras) fica claro que a correção daquela infração estava passando de hora, mas não era assim tão grave senão pelo fato de todos ali cumpriam aquele quesito. O feirante infrator se restringia a dizer desculpas sem nexos, também em tom de brincadeira dirigidas a seus acusadores, mas para que os fiscais também pudessem escutar. No entanto, não deixava de ser para ele uma situação desconfortante, pois sabia estar errado e, de alguma forma, deveria se submeter à zombaria de seus colegas e, é claro, à punição do fiscal, caso ela acontecesse. Mas, recorria, com certeza à brincadeira como forma de atenuar a disciplina.

Quando decidi pela notificação os reclamantes logo perceberam e fizeram quase que uma festa. O principal ali fez questão de acompanhar o ato da entrega do documento se oferecendo inclusive para assinar como testemunha. O feirante infrator se manteve conformado da ação, sabendo que havia sido contemplado por tempo demais e não se incomodou de toda a algazarra gerada em função da situação, mesmo que na presença de seus clientes que acabaram “entrando na brincadeira também”. Assim, um ato “do Estado” em desfavor de um detentor de uma permissão pública se deu em meio a uma (exagerando) algazarra generalizada. Exagerando mais ainda: em meio a um carnaval.

No segundo caso, em que alguns feirantes montaram os equipamentos bem antes do horário permitido, foi interessante perceber as reações no momento flagrante, pois quando cheguei naquele horário de forma inesperada para eles, houve silêncio. O desconforto foi tanto que eles disfarçaram que estavam me vendo ou mesmo que estavam descumprindo alguma norma. Procuraram se ocupar com outras coisas e não me dirigiram a palavra nem para a tradicional boa tarde. De início decidi apenas anotar os nomes dos que estavam em desacordo, ir embora e retornar mais tarde com as notificações preenchidas. Quando retornei, cerca de três horas depois, fui recebido como de costume e todos, sem exceção, estavam já cientes da punição que eu aplicaria. A entrega dos documentos então acabou sendo tranquila e também num clima de brincadeiras e gozações. Um deles resolveu até filmar o próprio ato de assinatura da advertência e disse que publicaria nas redes sociais e que estava satisfeito do trabalho da fiscalização.

### 4.3 Mediação

Por oportuno e, fazendo um adendo, percebo que estas situações remontam à teoria de Mikhail Bakhtin quando fala do riso como uma resposta à censura exterior, àquilo que é oficial e sério, pois liberta o indivíduo “do censor interior, do medo do sagrado, da interdição autoritária, do passado, do poder, medo ancorado no espírito humano há milhares de anos.” (Bakhtin, 1999)

A alegria, o riso, a “carnavalização” presente no jogo das brincadeiras dos feirantes para com os fiscais revela que a brincadeira acaba funcionando como mediadora na relação do feirante com o Estado personalizado na pessoa do fiscal. Para além de uma sociabilidade, trata-se de um artifício, posto que a sociabilidade subentenderia um tempo de vivência conjunta, mas, ainda que este seja fundamental e que se se verifique no atual quadro de fiscais e de feirantes, a brincadeira também é percebida como tática dos novos feirantes tão logo iniciam a atividade nas feiras. Ou seja, mesmo aqueles que não guardam nenhum grau de proximidade com os fiscais acabam adotando a estratégia de se aproximarem deles com brincadeiras.

Isto certamente se dá, pelos feirantes, como forma de “conquistar” os fiscais na intenção de atenuar os rigores da legislação sobre eles. Percebo que a lógica está não em se pretender uma relação corrompida, mas na constatação de que não haverá outro caminho senão esse de ter o fiscal como alguém próximo, que o conheça, que o veja como uma pessoa, mais do que uma categoria, no caso, um feirante. E a brincadeira também é um recurso usado pelo fiscal como forma de quebrar o primeiro impacto da institucionalidade, para que o feirante não o veja como mero aplicador de regras e sim como alguém que é capaz de considerar não somente méritos ou deméritos, mas todos os contextos, os prós e os contras em cada situação específica.

Por brincadeira entenda-se não somente as piadas e gozações, mas todo um jogo de cena, de gestos, de olhares, de apertos de mão, até de alguns abraços, de respeitos mútuos, de amenidades, de um importar-se com o outro acima dos papéis que representam, de reconhecimento e aceitação do outro como parte integrante de um todo bem definido, de ausência de estranhamentos, como não foi o caso no relato do trabalho de Alexandre e Mônica, como segue:

“mas a ótica do feirante, que, no marcar de uma ampulheta, cautelosamente observa tudo. E foi desta constante atenção que, num dia de trabalho de campo, em meio ao tumulto característico das feiras-livres, um feirante me perguntou desconfiadamente:

“você é novo por aqui, não é? Já estamos te observando há algum tempo! Você está ‘tomando nota’ de alguma coisa?”

Feirantes e fiscais não são estranhos entre si. Isso é uma grande verdade para todos aqueles que já estão no quadro há muito tempo, mas, mesmo no primeiro encontro de um fiscal com um feirante, ou vice-versa, será para este, um fiscal, com o qual terá que interagir e, eventualmente, se submeter; e para aquele, um feirante, com o qual precisará dialogar a bem do andamento dos trabalhos nas feiras livres.

A brincadeira então, se apresenta como um mecanismo usado de forma consciente que cumpre o papel de amálgama do todo, que amortece o confronto implícito na relação fiscalizador e fiscalizado. A brincadeira, o riso, a festa promove a quebra da barreira institucional e agencia um ambiente de convivência possível, até porque ela aproxima as partes. Mas mesmo sendo um artifício, especialmente por parte do feirante, a brincadeira acaba sendo um caminho que inconscientemente potencializa a racionalidade da gestão (que se perpetua), posto que, o feirante, ainda que brinque, ele cumpre; ainda que consiga não ser punido, ele se enquadra. Muito comparável ao que Michel Foucault assevera de que os indivíduos tenderiam para a lógica de diminuir a dor (punições) e aumentar o prazer (recompensas, ou ausência de punições).

#### **4.4 Implicações**

Essa racionalidade está introjetada na mente de todos os envolvidos no Sistema de Feiras Livres de Uberlândia. Diria que existe uma “cultura da normalidade”, que faz com que o Estado seja aceito como detentor do poder e que é natural valer-se de leis, normas e agentes para que tudo caminhe bem. Esse caminhar bem vai sendo conseguido pelo Poder Público com maior ou menor dificuldade dependendo de como as relações se configuram, em especial a relação dos gestores municipais com os gestores do Sindicato dos Feirantes. Historicamente já foram vivenciados momentos de muita aproximação e também de muito confronto, como no já mencionado período da Década de 1990 quando os Diretores do Sindicato dos Feirantes se opuseram enfaticamente contra o Projeto Feira Limpa e levaram muitos feirantes a irem contra também. No entanto, para além das opiniões e interesses divergentes, a questão muitas vezes avança para ataques institucionais e algumas vezes até pessoais. No caso, os representantes dos feirantes fazem pressão política buscando apoio junto aos vereadores da base governista e até

mesmo com os opositores para, a partir do alvoroço que criam, conseguirem seus intentos. Já os Gestores Públicos quase sempre se valem das prerrogativas que lhes são conferidas, ou seja, o poder que detém. Já houve caso do gestor questionar a legitimidade do Sindicato dos Feirantes perante a classe e até mesmo junto aos órgãos e legislações que regulamentam tais atividades.

Mas nos últimos 20 anos em sua maioria o que se viu foi um vínculo de parceria entre Prefeitura Municipal de Uberlândia, através da Secretaria Municipal de Agropecuária e Abastecimento com o Sindicato dos Feirantes de Uberlândia. Por essa parceria entenda-se decisões sendo tomadas de forma conjunta, com exigências ou punições a serem impostas aos feirantes sendo previamente discutidas com os representantes, que opinam sobre as formas de serem executadas e os prazos pertinentes. No entanto, nunca houve, pelo que sei, uma acusação de erro ou de arbitrariedade por parte dos diretores do Sindicato dos Feirantes para com qualquer ação tomada pela Secretaria de Agropecuária junto aos feirantes. Normalmente quando o comportamento de um feirante indica a necessidade de advertência, multa ou suspensão, estas ações são ratificadas pela representação dos feirantes, que sugerem atenuantes ou dilação de prazos que quase sempre são atendidos.

Destaca-se que, ainda que esteja subentendido nesta dinâmica uma espécie de enfrentamento de poderes, forçando os lados a cederem cada qual nos momentos necessários para o bem da continuidade da relação e, que exista sempre o fantasma do desacordo e a iminência do conflito, tudo está condicionado, segundo percebo, pela “cultura da normalidade”, pois sabe-se quem detém o poder maior e que este poder será usado como último recurso.

Vejo que entrar em concordância é sim o melhor caminho. Não vejo prejuízo para a Administração Pública quando se pauta por ele. Pelo contrário, ele favorece a gestão. Apenas reflito que talvez isso seja de alguma forma prejudicial aos feirantes. Sendo parceiro o Sindicato dos Feirantes se mantém como órgão necessário, o que até aqui parece ser o caminho possível. Mas, em todo esse tempo que estou inserido no Sistema de Feiras Livres vi poucas ações do Sindicato para além de ser, de fato, um órgão que recebe as solicitações dos feirantes e as leva até o Poder Público para a análise e deliberação. Ou, quando muito, um defensor de causas particulares e quando elas se apresentam. Acredito haver grandes possibilidades para o Sindicato e a classe feirante de buscarem parcerias com empresários; recursos para financiamentos; convênios; adoção de táticas cooperativistas. Enfim, vejo que o Sindicato historicamente mais responde às demandas do que as apresentam.

Para fazer um contraponto a esta argumentação decidi por colher a opinião do feirante que assumiu a Diretoria do Sindicato dos Feirantes em 2017, na expectativa de que pudesse corroborar meu argumento ou, até mesmo, contradizê-lo. Isso me pareceu propício, dado que este feirante pertence ao quadro de feirantes desde antes de minha entrada na função e sempre procurou colaborar com a administração do Sindicato, até então nos bastidores, mas nunca sendo omissos com o que lhe parecia necessário seus argumentos. Assim sendo, ele tem propriedade para dizer como pensam os feirantes sobre seu Sindicato e, agora, também tem condições de dizer como é estar dentro do Sindicato, tendo que formular proposições e arregimentar a todos.

Foi-lhe feita a seguinte pergunta: ao longo de sua jornada nas feiras livres, como você percebeu o Sindicato dos Feirantes de Uberlândia e como você acredita que a maioria dos feirantes o percebeu? Segue a transcrição da resposta:

“Eu participei como sócio fundador do Sindicato e reconheço que sempre o Sindicato teve um papel mais de toma-lá-dá-cá. Sempre se comportou sem muita preocupação com democracia e clareza nas prestações de conta. A representatividade então acaba sendo precária justamente por nunca ter havido muita credibilidade.

O feirante sempre teve uma mentalidade muito individualista e de desconfiança de poder agregar com os demais. Isso é a primeira coisa que precisa ser trabalhada: a confiança. Mas o Sindicato, que é o órgão que poderia ajudar com a solução deste e de outros problemas, nas duas últimas gestões, ficou desacreditado tremendamente, sem nenhum prestígio, atuando mais na negociação de interesses particulares. Isso só reforça a desconfiança de todos. O que precisava acontecer era que alguns feirantes viessem a romper com este medo natural, passassem a adotar táticas associativas, como fazer compras no atacado, para que isso sirva de exemplo aos demais.”

Foi-lhe feita uma segunda pergunta: Passados esses 11(once) meses do ano de 2017 com você à frente do Sindicato dos Feirantes, sua percepção mudou? Caso sim, em que aspectos?

“Não digo que tenha mudado, mas tive um contato mais próximo com a realidade do Sindicato. Trabalhar a mentalidade, a cultura, os vícios (entre aspas) dos feirantes é muito difícil! Muito difícil mesmo! Eu preferiria ter trezentas pessoas cobrando e participando, dando sugestões, apoiando, brigando por coisas coerentes e corretas pelos direitos dos feirantes, do que você ter uma maioria apática. Minha visão está diferente é para com o feirante, pois muitos falam coisas ruins de escutar, fazem acusações levianas, não são nada profissionais na atividade deles. É de admirar como o feirante não conhece sua própria atividade! Não se preparam para as sazonalidades, não se planejam. Como isso pode ser mudado? Com maturidade e orientações. No Sindicato estamos projetando palestras para qualificar os feirantes, provavelmente recorrendo ao Sebrae para viabilizar isso. Se uns poucos se tornarem vetores das mudanças a coisa vai se ampliando naturalmente.

Penso que o Sindicato pode e deve ser mais abrangente. É o que temos tentando buscar. Primeiramente estamos arrumando a casa, mas já apresentamos algumas opções de convênios; estamos tentando reativar o consultório odontológico que existe na sede do Sindicato e possui uma boa estrutura; depois de termos conseguido equilibrar as contas do Sindicato, já iniciamos uma política de empréstimos de pequenas quantias aos feirantes para que equilibrem o capital de giro; temos a intenção de iniciar um trabalho de cooperativa junto aos feirantes do ramo de pastéis; estamos adotando uma política que propicia a participação de todos. Para as decisões de peso e prestação de contas, sempre fazemos um grande esforço pela participação dos feirantes, que ainda é muito baixa. Muitos vão para os ranchos, por exemplo, às segundas-feiras, que é o dia mais propício para nossas reuniões. E não deixam de ir mesmo com assuntos importantes para serem resolvidos.

Mas estamos no começo de uma jornada. Não sei quanto tempo vai demorar, mas a intenção é, no mínimo, conscientizar os feirantes da importância do Sindicato, mostrando isso com ações práticas e positivas. ”

A fala do atual presidente é reveladora de que o feirante não dá a devida importância ao Sindicato, muito por conta de que as várias diretorias não conseguiram cativá-los, antes, pelo contrário, gerou nos feirantes um sentimento de que o Sindicato ou as causas coletivas não são relevantes. Assim, ainda que haja uma sinalização de melhora em todo esse quadro, pela postura da atual diretoria, é forçoso concluir que os feirantes são resignados de terem uma representatividade como ela têm se configurado ao longo dos tempos. E uma consequência clara disso é que os feirantes se comportam perante o Poder Público mais numa lógica individualista do que de grupo. Infere-se então que a representação sindical, o individualismo e a forma como os feirantes se relacionam como os fiscais, acaba potencializando o poder disciplinar e a “cultura da normalidade”. Apresento então, a partir de como tudo se deu nos últimos anos, que os feirantes de Uberlândia sempre encontraram muitas dificuldades pessoais e de grupo (representatividade) de se mobilizarem em prol de demandas comuns.

Ao serem perguntados sobre como eles avaliam a relação entre os feirantes e sobre a questão sindical, alguns feirantes responderam:

“Apesar de haver muita amizade a união em prol de benefícios é quase nada. É uma situação muito negativa, pois poderia agregar muitas melhoras em vários sentidos. Acho que o Sindicato representa bem a categoria, mas ainda falta muita luta que esbarra justamente na falta de participação dos feirantes. A voz do feirante seria muito mais ativa se houvesse mais participação. Comecei a participar agora da coordenação porque tive a oportunidade, mas não tenho muito tempo disponível para me dedicar. ”

“O feirante não é engajado. Particularmente acho irrelevante o Sindicato. O que mais vejo é uma disputa por interesses de determinados seguimentos. Para mim o Sindicato tem uma representação simbólica. É muito particularista. Mas a falta de engajamento

do feirante possibilita isso. Nunca fiz parte da diretoria do sindicato, mas sou associado.”

“Em geral a relação entre os feirantes é tranquila. Mas com alguns concorrentes é mais complicado. Acho isso Normal!

Acho que o feirante em geral pensa mais em si do que no todo. Isso é um problema, porque a luta de todos seria mais eficaz.

Considero boa a representação do sindicato, mas a própria desunião influencia na força do sindicato. Nunca fiz parte do Sindicato.”

#### **4.5 Saindo do trilho**

Os últimos quatro anos (2013 a 2016), são extremamente interessantes de serem registrados para efeitos deste trabalho, pois neles foram vivenciados dois extremos da associação dos gestores públicos com o representante dos feirantes, além de ter acontecido algo sem precedente no comportamento de parte dos feirantes de Uberlândia, que inclusive vem derrubar parte da pressuposição inicial e a constatação de que os feirantes têm dificuldades de mobilização.

De início ocorreram muitos embates entre o primeiro grupo de coordenadores da Secretaria de Agropecuária e a diretoria do Sindicato dos Feirantes. A razão foi por ter havido uma disputa de egos e grande falta de habilidade para o diálogo de ambas as partes, certamente pela falta de experiência tanto dos Diretores do Sindicato dos Feirantes (que haviam assumido recentemente), como por parte dos coordenadores do setor de fiscalização, que também eram novos na função sem nenhum conhecimento sobre as feiras livres (sua cultura e dinâmica). Com isso, chegaram a acontecer bate-bocas públicos; manifestações nas feiras livres quando da presença dos gestores; manifestações em audiências para toda a classe que praticamente tiveram que ser encerradas; mandados de segurança sendo requeridos e impetrados, forçando o poder público a agir contrário a sua vontade. Tudo isso, somado a alguns descuidos organizacionais, fez criar um sentimento de grande insatisfação dos feirantes para com a administração municipal e para com sua representatividade.

Em sequência, aconteceu que, em tempos distintos, mas próximos, tanto o Sindicato dos feirantes quanto a Secretaria de Agropecuária trocaram seus comandantes. No caso do Sindicato, por razões de fim de mandato mesmo. No que se refere à Secretaria de Agropecuária, certamente por estratégia política, muito provavelmente para corrigir os rumos que as coisas tinham tomado no que diz respeito aos feirantes da cidade. Ocorre que, a relação que estava



pautada numa rivalidade declarada, trazendo consequências ruins politicamente falando, acabou migrando para uma parceria, no mínimo, questionável, já que intentaram ações prejudiciais para o Sistema de Feiras Livres, recebendo uma forte oposição por parte dos feirantes. Ou seja, no final do ano de 2016, por ocasião do período eleitoral que todos vivenciaram, os feirantes de Uberlândia tiveram que se levantar contra não só a Administração Municipal, mas também contra o Sindicato que os representava.

E aqui está a novidade, pois a solução encontrada pelos feirantes foi a de se mobilizarem por meio das redes sociais, tendo grande êxito nesta empreitada. Assim, os feirantes compareceram à Câmara Municipal, promoveram assembleias na sede do sindicato, confrontaram seus diretores e os gestores públicos, estiveram na imprensa e acabaram conseguindo o que queriam, o que, inclusive, culminou na renúncia do então presidente do Sindicato dos Feirantes. Ou seja, ainda que os feirantes se percebam mais na individualidade e tenham problemas com a sindicalização, eles não tiveram dificuldades de organização para um bem coletivo maior.

Esse período de fato entrará para a história não somente pelo seu fechamento quando ocorreram tais acontecimentos, mas por toda uma lógica de gestão empreendida durante todo o mandato de quatro anos. Diria que a força do poder disciplinar e a cultura da normalidade foram propositalmente esmaecidas se comparadas com, por exemplo, a gestão anterior. E aqui não está um julgamento de valor, apenas uma constatação. Claramente a última gestão municipal adotou a estratégia de intervir o quanto menos na vida do feirante, de forma que as questões de posturas nas feiras livres não foram tão enfaticamente cobradas. E isso trouxe pelo menos duas consequências: primeiramente, toda norma que, a despeito de ser uma imposição, seja de alguma forma bem aceita (porque está internalizada), se torna importante para o próprio o negócio de cada feirante, quando não devidamente exigida prejudica os envolvidos e gera insatisfação. Em segundo lugar, o trabalho do agente responsável pela exigência do cumprimento das normas, quando elas não são tidas como relevantes, este trabalho acaba sendo também irrelevante, gerando um sentimento de inutilidade e a conseqüente insatisfação.

Assim, minha conclusão resumida acerca da gestão municipal em relação à sistemática para as feiras livres em Uberlândia, no período especificado, de acordo com minha vivência e nas inúmeras conversas que tive com vários feirantes, é de que se primou mais por uma lógica do campo político do que por um caminho técnico-profissional, fazendo do ambiente das feiras

quase que uma “terra sem leis”. Não que tal ambiente fosse a expressão máxima da organização, ou que não deva ser levada em conta a limitação dos instrumentos estatais na regulação social, mas, sendo as feiras num setor altamente regulamentado, com toda uma cultura adquirida, que rodava como que uma engrenagem, sendo algumas peças fundamentais, como os fiscais e as normas, sobretudo estas que, não sendo minimamente observadas, geram um ambiente intranquilo.

Reforço não fazer uma avaliação, até porque este trabalho não se propõe a isso, mas sim, constatar que a “cultura da normalidade” e o poder disciplinar acabaram sendo tão fortes que, ao final, no ideário de feirantes e fiscais restou a ideia de que “tudo precisava voltar a ser como antes”. Ou seja, os envolvidos diretamente no dia a dia das feiras livres se decepcionaram com o fato de os procedimentos básicos terem sido alterados durante a última gestão municipal. Especialmente os feirantes que fazem questão de que tudo esteja organizado durante as comercializações nas feiras livres se queixaram muito da ausência do Estado. No entanto, o Estado, representado pela Secretaria Municipal de Agropecuária e Abastecimento, nunca deixou de estar presente, posto que os fiscais continuaram a serem destacados, mas somente de forma presencial, pois não havia garantias de que as ações, orientações, correções, punições aplicadas fossem ter o respaldo necessário. Ora, um agente público sem o devido suporte, se sente preterido. Falo por mim primeiramente, mas sei que represento os demais colegas. E um setor comumente organizado, quando se desorganiza, seja por que razão for, vê surgir todo tipo de irregularidades e conseqüente insatisfação.

Destaca-se o alto índice de comércio irregular nas proximidades das feiras e até mesmo no seu interior. Essa problemática sempre existiu mas nunca da forma como se verificou no final de 2016: com um número excessivo de comerciantes pouco preocupados de serem impedidos ou de terem suas mercadorias apreendidas em virtude dessa infração. Agrava-se o fato de que os comerciantes/infratores passaram a adotar uma postura de enfrentamento para com os fiscais, com desacatos públicos, ameaças à integridade física, chegando a acontecer até mesmo algumas agressões.

O problema se tornou potencialmente maior para com os vendedores de produtos pirateados, em que alguns passaram a ir para as feiras armados e a chance de acontecer algo mais sério se tornou eminente, seja com os fiscais, feirantes e consumidores, já ocorrendo desavenças entre estes infratores e os feirantes e até mesmo entre os próprios ambulantes, pois

chegaram ao ponto de disputarem as melhores posições dentro das feiras. Isso tudo acabou causando muita insegurança a todos. E ainda agrava-se o problema, pois muitos adotaram a tática de aliciarem menores para a venda dos produtos, o que tornou a situação ainda mais complexa.

Essa realidade de desmandos foi sim mais exagerada no que diz respeito aos não credenciados que exploram a atividade de feira livre. Mas num grau importante também se viu para com os feirantes credenciados, pois muitos passaram a se comportar como se não houvesse sobre eles qualquer tipo de fiscalização. Comportamentos, diria, acintosos, como nos dois exemplos citados anteriormente (apenas dois dentro de muitos que poderiam ser relatados), que dificilmente aconteceriam numa lógica padrão de gerenciamento das feiras livres.

Talvez a melhor definição deste período de gestão para com as feiras livres é que tudo tenha saído do trilho. Um pouco porque de início ocorreram muitos enfrentamentos com os representantes da classe feirante. Em sequência porque se optou por uma gerência menos impositiva, quiçá inconsequente. Depois, porque a administração deu sinais de ter caminhado para uma gestão promíscua e pouco transparente junto com o órgão representativo da classe feirante, pelo menos esses foram os motes do levante que se deu ao final do ano de 2016 através das redes sociais, sendo que, nós fiscais, acompanhamos de fora (se é que isso foi possível), mas observando atentamente, sobretudo este pesquisador, até porque se tornou um grande elemento para o incremento deste trabalho.

Circunscrevendo todo esse cenário de desorganização nas feiras, está o momento de crise econômica pelo qual o país atravessa, tendo o comércio se arrefecido muito e as feiras não ficaram fora disso. Antes, pelo contrário, as feiras livres parecem sofrer ainda mais as crises econômicas devido às suas particularidades e porque na cidade de Uberlândia a incidência de grandes mercados concorre em muito com as feiras. Outro reflexo do momento é o alto índice de desempregados que buscam na informalidade o sustento de suas famílias e as feiras livres acabam sendo uma alternativa ainda que se tenha que enfrentar fiscais e a polícia militar.

Num contexto como esse de baixa movimentação financeira é comum a qualquer comerciante buscar soluções de incrementar seu negócio, ou de quando muito, diminuir os impactos negativos que lhes sobrevêm. Por isso a grande insatisfação dos feirantes com o alto índice de concorrência desleal, segundo julgam, pela presença dos ambulantes no interior das

feiras livres. A deslealdade, ou a injustiça estaria no fato de que pesa sobre os feirantes muitas normativas por decorrência da atividade que, sendo cobradas ou não, estão ali, de fundo, impondo sobre eles normas de condutas, de horários, de qualidade, de ordem sanitária, além de duas taxas que incidem anualmente sobre a atividade.

Também, o tempo todo os feirantes buscam dinamizar o giro comercial semanal e isso se faz melhorando a compra, diminuindo as perdas e, especialmente, ampliando os pontos de venda na semana. Com isso é comum os feirantes requisitarem ser designados para outro bairro em que possam comercializar seus produtos.

Não obstante, a Administração Pública em conjunto com o Sindicato dos Feirantes (alguns diriam em conluio), resolveram anunciar um processo de licitação pública para abertura de novas vagas nas feiras livres, em que os feirantes já estabelecidos não poderiam participar. A alegação apresentada é de que alguns bairros novos na cidade careciam da atividade de feira livre, pelo que se fazia necessário tal processo. Ocorre que, muitos dos ambulantes que estavam nas feiras livres promovendo concorrência com os feirantes, haviam sido cadastrados pelos gestores e foram convocados para uma reunião na sede do Sindicato dos Feirantes, em pleno período eleitoral, a fim de serem informados dos detalhes do processo licitatório. Isso foi a causa do motim levantado pelos feirantes contra a administração e contra os Diretores do Sindicato no segundo semestre de 2016.

Atendo-me apenas às questões técnicas e históricas que envolvem essa questão, relembro o que já foi dito de que sempre foi priorizado potencializar o negócio do feirante já estabelecido do que de se oportunizar novas permissões para novos feirantes. Isso pode ser traduzido por uma política para com o “feirante de carreira”, aquele que define ter a feira como fonte principal, senão única, de seu sustento. Com isso, as feiras deixaram de ser um mecanismo de promoção social (se é que um dia foram) e se firmaram como uma prestação pública de serviço, no caso, um canal de abastecimento e opção de compras dos produtos típicos. Não se nega aqui a necessidade de se cuidar da questão social, ainda mais nesses tempos de crise econômica e alto índice de desempregados. O poder público precisa sim dar respostas a essa crise no âmbito de sua jurisdição. No entanto, há que se fazer de forma sustentável, ou, como no ditado popular: “não se deve vestir um santo, desvestindo o outro”.

Por máxima, então, está a defesa que entendo ser formulada pela quase absoluta maioria dos feirantes, que primeiro se faça um estudo amplo da viabilidade de se levar equipamentos de feiras livres para novos bairros, no sentido de se apurar se esses bairros são viáveis economicamente. Depois, que primeiramente se busque no quadro dos profissionais já estabelecidos os interessados em desenvolverem a atividade nestes locais. Somente depois então, caso a demanda não seja suprida na sua totalidade, que se convoque novos feirantes. Lembrando sempre que a atividade de feira livre é um negócio antes de qualquer coisa e carece ser sustentável. A título de comprovação dessa lógica, apresento o fato de que nos anos de 2011-2012, o poder público, após o processo de concessão de novas designações aos feirantes, resolveu por um processo licitatório de novas vagas nas feiras livres, resultando em 09 (nove) novos permissionários. Destes, apenas 03 (três) ao final do ano de 2016, ainda continuam na atividade, justamente porque o empreendimento não se mostrou viável. Além disso, tem a alta rotatividade de feirantes nas feiras livres, lembrando o que já foi dito de que nos últimos quatro anos (2013 a 2016) o índice chegou a 40% de renovação de feirantes. Ou seja, a crise afetou a todos sendo necessário muito cuidado em se tomar decisões como esta de se abrir novas vagas e, potencialmente, causar tanto impacto, seja para com os já feirantes, quanto para os que eventualmente venham entrar no Sistema, investindo suas economias em algo irrealizável.

Enfim, o cenário era esse de crise econômica, feirantes insatisfeitos com o ganho reduzido, com a concorrência, com a insegurança, com a desorganização generalizada, com a falta de representatividade, momento em que o poder público decide abrir vagas em “parceria” com o Sindicato dos Feirantes e ainda num período eleitoral. Saliento para efeitos deste trabalho, a evidência de uma questão: o poder do Estado. A despeito de todo levante, toda argumentação e arrazoado, mesmo da parte técnica do setor que se posicionou contrária, os gestores não recuaram da decisão de abrir o processo licitatório, evocando as prerrogativas conferidas pela legislação e também tendo interpretações, no mínimo, curiosas, como no tratamento que se deu para com alguns dos feirantes que encabeçaram a oposição. Alguns foram tratados como não-feirantes, portanto, nem tiveram o direito de serem recebidos e ouvidos. Na verdade, para talvez tentar calar os opositores ou dificultar suas ações, os gestores à época resolveram que somente atenderiam os feirantes permissionários, ou seja, aqueles feirantes cujos nomes estão devidamente expressos nos documentos de permissão. Isso é estranho porque não tratar como feirantes aqueles que de fato exercem a atividade e ainda não se propor a ouvi-los, não respeitá-los no direito que têm de manifestação e não promover um debate democrático, é também algo inusitado.

“Cumprimentando-o cordialmente, em atenção ao Ofício 87/2016 do Sindicato dos Feirantes do Município de Uberlândia, que trata da indicação de feirantes para comporem uma comissão extraordinária consultiva sobre a licitação de feiras livres, temos a esclarecer.

Conforme esclarecido em reunião na sede desse Sindicato, a indicação de feirantes é livre e deve, na medida do possível, representar os diferentes grupos de atividades. A quantidade de representantes deve ser ponderada, de modo a possibilitar reuniões mais produtivas e que possam ser realizadas na sede da SMAAB, para isso os grupos terão titular e suplentes.

Entretanto, no Ofício 87/2016 foram indicadas pessoas não feirantes, que por óbvio não são membros da categoria. Neste sentido, **rejeitamos** a participação de: (lista dos nomes).

Dessa forma, solicita-se que seja encaminhado novo Ofício como a exclusão dos não feirantes, que poderão ser substituídos por feirantes. ”

Qual a razão em tratar uns como feirante e outros como não feirantes, já que todos estão nas feiras exercendo a atividade e sendo autorizados pelo poder público na condição de Prepostos? E qual a razão de se fazer constar no documento tão enfaticamente o termo “rejeitamos”, negrito e sublinhado? Entendo que para deixar claro a força do poder do Estado, que é exercido quando conveniente. Mais, ainda, questiona-se o porquê de se criar uma “comissão extraordinária consultiva”, e ainda sugerida pelo Sindicato dos Feirantes, quando a Lei 10.702/11, determina e especifica quem deve ser os participantes de uma comissão deliberativa e não consultiva, no caso de abertura de novas vagas para as feiras livres. Neste caso, acredito que a situação tenha saído tanto do controle que os gestores nem conseguiram atentar para esta questão.

O ano de 2016, marcadamente o segundo semestre, se constituiu um rico período de análise no que diz respeito a se investigar a lógica do Estado para com os feirantes de Uberlândia. Como minha lida acabou sendo exclusivamente direta com os feirantes e a política adotada pelos coordenadores tenha sido de pouca intervenção, os feirantes acabaram recorrendo a nós fiscais para suas queixas, críticas e anseios, reforçando ainda mais a aproximação entre as partes.

Destaco um aspecto até já mencionado, mas extremamente importante de ser ressaltado, que é o fato de que para muitos feirantes tudo precisa voltar à normalidade, ou seja, normas sendo devidamente cobradas e devidamente cumpridas. Se isso está nas aspirações dos fiscais é plenamente entendível, mas depois de os feirantes passarem por um tempo sem cobranças, o mais certo é de que isso lhes fosse favorável. No entanto, muitos têm como necessário que a

gestão pública tome novamente “as rédeas” da situação, coloque “o carro no trilho” de novo, no sentido mesmo de frear os desmandos e de conduzir com pulso mais firme. Para isso, solicitam que o Estado volte a estar presente de fato nas feiras, com os fiscais, com os coordenadores, com a polícia, com o Conselho Tutelar (para o caso dos menores), enfim, com todo o aparato possível.

Seguem algumas afirmações de como estava o sentimento dos feirantes ao final do ano de 2016:

“Nós fomos submetidos a um processo de decadência e isso é muito ruim de uma forma geral. ”

“Não ter uma fiscalização atuante acaba beneficiando os que estão errados e punindo os que estão tentando andar certinho. ”

“Com a fiscalização o benefício é maior, nos sentimos até mais protegidos. Hoje estamos sem proteção nenhuma e a situação está séria por conta do tanto de ambulantes nas feiras. Em frente à minha banca no domingo ficam pelo menos quatro constantemente. Nós nos sentimos acuados ”

“A organização potencializa o ganho. Estamos muito apreensivos e preocupados com o rumo que tudo tomou. ”

Claro está, então, que a ordem não precisa ser necessariamente exigida “de fora”, já que ela é vivenciada como uma disciplina, ou como em Foucault, internalizada. Poder-se-á dizer que as normas estatais criam a feira, com sua ética e formas de resistência. Ao abrir mão da exigência das normas, o Estado não garante a liberdade, mas coloca, do ponto de vista dos feirantes e fiscais, a feira em risco. A dinâmica nas feiras livres precisa ser regulada pelo Estado.

## 5. Considerações finais

A presente Monografia foi idealizada com a intenção de olhar para uma atividade comercial específica que é tipicamente urbana: as feiras livres – na medida em que sua origem seja secular e contemporânea ao próprio surgimento dos primeiros vilarejos e posteriores cidades como hoje as temos.

Como recorte, a pesquisa traz as feiras livres da cidade de Uberlândia-MG, situando-as no cenário urbano da atualidade, buscando abordar algumas das implicações decorrentes possíveis. Notadamente, o fato das feiras serem uma realidade que impacta a cidade, tanto visual, quanto fisicamente e comercialmente, já que impede a circulação dos veículos nos locais onde são instaladas, fecham residências e estimulam a concorrência com os estabelecimentos congêneres. Também, que os envolvidos diretamente com as feiras livres estão sujeitos aos paradigmas modernos que condicionam os pensamentos e formas de convivência, sejam aqueles de mais abrangência que estimulam a individualidade, quanto aos modelos que instigam uma resistência rumo à alteridade.

O trabalho desenvolve o tema Estado e Sociabilidade entre os feirantes de Uberlândia, para revelar, através de um ponto de vista bem específico, a lógica estatal para com os feirantes da cidade e as respostas destes ao Estado, observadas nas suas condutas durante os anos de 2015 e 2016. A especificidade está no fato de que os relatos e análises são feitos por um fiscal, um representante do Poder Público Municipal junto aos feirantes da cidade, com uma inserção privilegiada tanto na proximidade com os feirantes quanto junto ao governo/Estado. Mais especificamente ainda, pelo fato de ser o fiscal o autor do texto o que indica uma carga de subjetividade e de valores desinentes. Por isso, não somente o biênio se destaca, mas toda a vivência do fiscal/autor no ambiente das feiras livres ao longo de uma carreira de mais de 20 anos.

O estudo mostra, dando resposta à preocupação de início, que os envolvidos mais diretamente com as feiras livres feirantes em Uberlândia, como não poderia deixar de ser, estão sim sujeitos aos padrões impostos pelo tempo e o local vividos: modernidade/pós modernidade e metrópole - que tem como marca um aumento da individualização em conjunto com um aumento da impessoalidade, sendo o contato humano análogo às trocas mercantis. Por meio do dinheiro as trocas comerciais são rápidas, pontuais e não geram dependência, mas isso acabou



por deixar o contato humano cada vez mais veloz, tornando as relações sociais mais objetivas, impessoais e aparentes.

No entanto, a pesquisa aponta para o fato de que os feirantes se comportam muito em função da presença do fiscal (do Estado) constantemente junto a eles, sendo esta dinâmica imposta a ambos. Isso faz com que tal relação tenha mais contornos de aproximação do que de evitação. Feirantes e fiscais buscam no outro a complementaridade necessária para o sucesso “de seus negócios”, gerando laços significativos e não superficiais.

De um lado, o trabalho conclui que o Estado acaba tendo um grande sucesso no seu empreendimento, primeiramente valendo-se de uma arte de governo que vem sendo implementada ao longo de muito tempo, individualizando as pessoas, instituindo regras sobre regras que pune os desviantes, inculcando nas mentes uma governamentalização da vida com ares de liberdade individual. Depois, “pegando carona” nos próprios condicionantes da modernidade/pós modernidade em que as pessoas se comportam mais isoladamente. O que comprova o pressuposto inicial de que o feirante se percebe mais na individualidade do que como grupo. De outro lado, o Estado amplia seu domínio, porque os feirantes acabam lidando com o Estado materializando-o numa pessoa: o fiscal - que é próximo a eles. Sendo próximo, deve ser colega/amigo; sendo amigo o Estado é necessário, assim como os regramentos e as devidas cobranças são imperativos para toda a dinâmica das feiras livres.

Uma sequência desta pesquisa talvez possa ser verificar como caminhou a relação entre o Poder Público Municipal com a representação dos feirantes a partir do ano de 2017, já que em ambos os polos houve troca dos administradores e o presente trabalho revelou que tal relação não tem sido marcada pelo profissionalismo e democracia nos últimos anos. Também, pelo fato dos feirantes terem conseguido se mobilizar em função de uma demanda comum ao final do ano de 2016, se isto gerou neles um senso mais apurado de grupo, ou não.

Entretanto, um bom desdobramento deste trabalho seria fazer uma comparação entre toda a lógica histórica de Estado junto às feiras livres de Uberlândia (feiras tradicionais), como apresentado na presente pesquisa, com a recente instituição de feiras de produtores da agricultura familiar, denominadas Feiras Camponesas. Tais feiras em Uberlândia em grande medida são resultado da luta também histórica dos movimentos pró reforma agrária, de forma que o Estado acabou sendo pressionado a garantir o acesso à terra a muitos concidadãos.

Depois, o Estado precisou viabilizar que os assentados tivessem condições de ser firmarem na terra, concedendo o devido aporte técnico. Na sequência, coube aos governos garantir que em menos parte do que é produzido nos assentamentos tenha compra direta pelos órgãos públicos, cuja destinação se dá como doação às entidades da rede socioassistencial, entre outros. E, ainda, se faz necessário o escoamento do excedente de produção através de venda direta por meio de feiras.

Sendo feiras, em muito se assemelham com as feiras tradicionais de Uberlândia, no que diz respeito às formas de credenciamento dos feirantes/produtores, equipamentos a serem utilizados, formas de exposição de mercadorias, locais de vendas e o impacto decorrente. Todavia, se diferenciam substancialmente nos motivos de existência e de resistência, posto que a Feira Camponesa não guarda simplesmente uma lógica comercial, mas, em síntese, trata-se de uma questão fortemente social ancorada num desdobramento de luta política.

Partindo do pressuposto de que os feirantes/produtores são engajados politicamente, há de se inferir que possuem uma noção de grupo muito mais apurada que os feirantes tradicionais. Assim, indaga-se como será a relação do Estado para com eles e deles para com o Estado? Como será a força do poder disciplinar e da cultura da normalidade para com estes comerciantes? Qual será o comportamento dos fiscais na lida com tais comerciantes? São indagações pertinentes e interessantes de serem abordadas num possível aprofundamento deste trabalho.

## REFERÊNCIAS

- Alexandre Oviedo Gonçalves e Mônica Chaves Abdala, « “Na Banca Do ‘Seu’ Pedro É Tudo Mais Gostoso”: Pessoalidade E Sociabilidade Na Feira-Livre », Ponto Urbe [Online], 12 | 2013, posto online no dia 31 Julho 2013
- BAKHTIN, Mikhail. A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: O contexto de François Rabelais. Brasília: UCITEC, 2008.
- BAUMAN, Zygmunt. O Mal-Estar da Pós-Modernidade. 1ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.
- FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: Nascimento da Prisão; Tradução D. Ligia M. PondéVassallo. Petrópolis, Vozes, 1977. 280p
- \_\_\_\_\_. Genealogia e Poder. In: Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- \_\_\_\_\_. Nascimento da Biopolítica. Curso no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FOOTE WHITE, William. Sociedade de esquina. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- MAUSS, M. 1974 [1923-24]. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In : \_\_\_\_\_. Sociologia e Antropologia. v. II. São Paulo: Edusp.
- MOTA, Hermilon Miranda: Evolução urbana de Uberlândia: Uma Cidade do Triângulo Mineiro de Porte Médio e em Contínuo Crescimento - Anais: Encontros Nacionais da ANPUR, 2013 - unuhospedagem.com.br.
- SIMMEL. George. A Metrópole e a Vida Mental. In: VELHO, Otávio G (org.). O Fenômeno Urbano. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1987.
- \_\_\_\_\_. O dinheiro na cultura moderna. SOUZA, Jessé e ÖELZE, Berthold (orgs.) Simmel e a Modernidade. Brasília: Unb, 1998a. p.23-40.
- \_\_\_\_\_. O indivíduo e a liberdade. SOUZA, Jessé e ÖELZE, Berthold (orgs.) Simmel e a Modernidade. Brasília: Unb, 1998b. p.109-117
- WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, Otávio G. (Org.). O fenômeno urbano. Rio de Janeiro: Guanabara, 4a. ed., 1987.

ANEXO 1

que Vel trabalho do esforçado par  
a lamentar coterrâneo.

da REUNIAO HOJE

As classes produtoras têm  
mais um encontro hoje, duran-  
te a reunião da diretoria da As-  
sociação Comercial, Industrial e  
Agricultora, sob a presidência  
do sr. Oswaldo de Oliveira. A

# Correio de Uberlândia

DIRETORES: VALDIR MELGAÇO E ARGEMIRO F. FERREIRA — REDATOR  
ANO XXVII Uberlândia, 2021 outubro de 1964 3a e 4a

## Feira-livre levou povo à Avenida Cesário Alvim

Num esforço para insti- de baixar o custo do ali- ço da isenção de impostos  
tuir uma promoção capoz mentação do povo de U- que o executivo oferece  
berlândia, a Prefeitura Mu- aos pequenos produtores  
nicipal instituiu o sistema granjeiros. A Prefeitura  
de "Feiras-Livras". Do Municipal, dentro de um  
mingo pela manhã, na plano do sr. Raul Pereira  
confluência da av. Cesário de Rezende, vai expandir  
Alvim com rua Benjamim os feiras-livres, escalon-  
Constant funcionou com do diversos locais na ci-  
absoluto sucesso nova fei- dade para funcionamento  
ra vendendo os mais di- dominical desse útil co-  
versos produtos hortigran- mércio que tanto bene-  
jeiros a preços incrive- ficia principalmente o tra-  
lmente reduzidos, por for- balhador.

## povo a domingo

## PRAIA INAUGURA ESTADIO EM 65

O estádio aquático o- res da diretoria praiana.  
límpico do Praia-Clube Na reunião de hoje do di-  
poderá estar inaugurado retoria do PC em sua sede  
e em funcionamento até urbana no edifício Tubal  
1965, dentro de Viela, estarão sendo deba-  
tidos os pontos de

Jornalista del

silvia

QUATRO belíssimas de Estádio...  
das Estadas Unidos...  
vão ser vendidos de baixo custo...

# Correio de Uberlândia

DIRETORES: VALDIR MELGAÇO, F. ARGEMIRO F. FERREIRA — REDATOR: MARÇAL COSTA  
ANO XXVII Uberlândia, 2021 outubro de 1964 3a e 4a folha No. 7.952

## levou povo Cesário Alvim

de baixar o custo de ali- co da isenção de impostos  
mentação do povo de U- que o executivo oferece  
berlândia, a Prefeitura Mu- aos pequenos produtores  
nicipal instituiu o sistema granjeiros. A Prefeitura  
de "Feiras-Livras". Do Municipal, dentro de um  
mingo pela manhã, na plano do sr. Raul Pereira  
confluência da av. Cesário de Rezende, vai expandir  
Alvim com rua Benjamim os feiras-livres, escalon-  
Constant funcionou com do diversos locais na ci-  
absoluto sucesso nova fei- dade para funcionamento  
ra vendendo os mais di- dominical desse útil co-  
versos produtos hortigran- mércio que tanto bene-  
jeiros a preços incrive- ficia principalmente o tra-  
lmente reduzidos, por for- balhador.

NESTA CIDADE

## ANEXO 2

de Minas Gerais.

tribunal de  
as Gerais  
(20 mi-  
se encon-  
Regional  
esauraria.  
"impassa"  
na regis-  
de Can-  
exercício

# Vila Martins vai ter Feira livre amanhã

Para oferecer aos moradores dos bairros de Fátima, Oswaldo e Vila Martins, as vantagens da Feira Livre, o prefeito Municipal Raul Pereira de Rezende, autorizou ao ex-vereador Carlito Cordeiro, chefe do serviço do patrimônio da Prefeitura, a instalar a partir de amanhã para funcionar todas as quintas-feiras, uma feira livre no cruzamento das avenidas dos Andradas e Araguari, tornando possível a aquisição de gêneros de primeira necessidade por preços relativamente baixos aos que são cobrados nos balcões dos armazéns e bancas verdureiras.

A nova feira livre, que vai se instalar amanhã, no cruzamento de avenida dos Andradas e Avenida Araguari, vem provar ao povo de Uberlândia, aqui,

lo que foi dito por Raul Pereira de Rezende, quando afirmou que ia oferecer ao povo muitas vantagens nos setores de alimentação e educação. Como é do conhecimento público, o movimento das "feiras livres" forçosamente baixará o custo de vida, pois os comerciantes se vêem obrigados a acompanhar o ritmo acelerado de preços baixos, quais são registrados nas feiras livres, onde ninguém tem o gaço com impostos. As procedendo é que nós, vamos ter ainda muitas feiras livres para o povo de Vila Saraiva bairro Aparecida, completa o trabalho iniciado pelo sr. Raul Pereira de Rezende, através do sr. Carlito Cordeiro, com a feira livre da avenida Cesário Alvim.

primeira  
partagem.  
lo esta se  
Uberaba,  
elo Hori-  
DCT pa

SOR  
CI

de vo.  
o auto.  
outros  
ção das  
setaladas  
eira de  
erá pro.

do melhoramento. O início da construção do Instituto depende não somente da concorrência prestes a ser aberta em Belo Hori.

de comunicar-lhe que o governador Magalhães Pinto atendendo seu pedido, autorizou nesta data o Secretário das Comunicações e Obras Públicas, a atualização do orçamento

## CENSO

# o de Uberlândia

ARGEMIRO E. FERREIRA — REDATOR-CHEFE. MARÇAL COSTA

Uberlândia, 4/5 de Novembro 1964, 4.º/5.ª feiras | No 9.311

io da Agência

Com a dezenas primárias fazem asadoras, t o censo pela ma Agrupam rias Sect chefe, I Silva, bem in a perspi desenvol